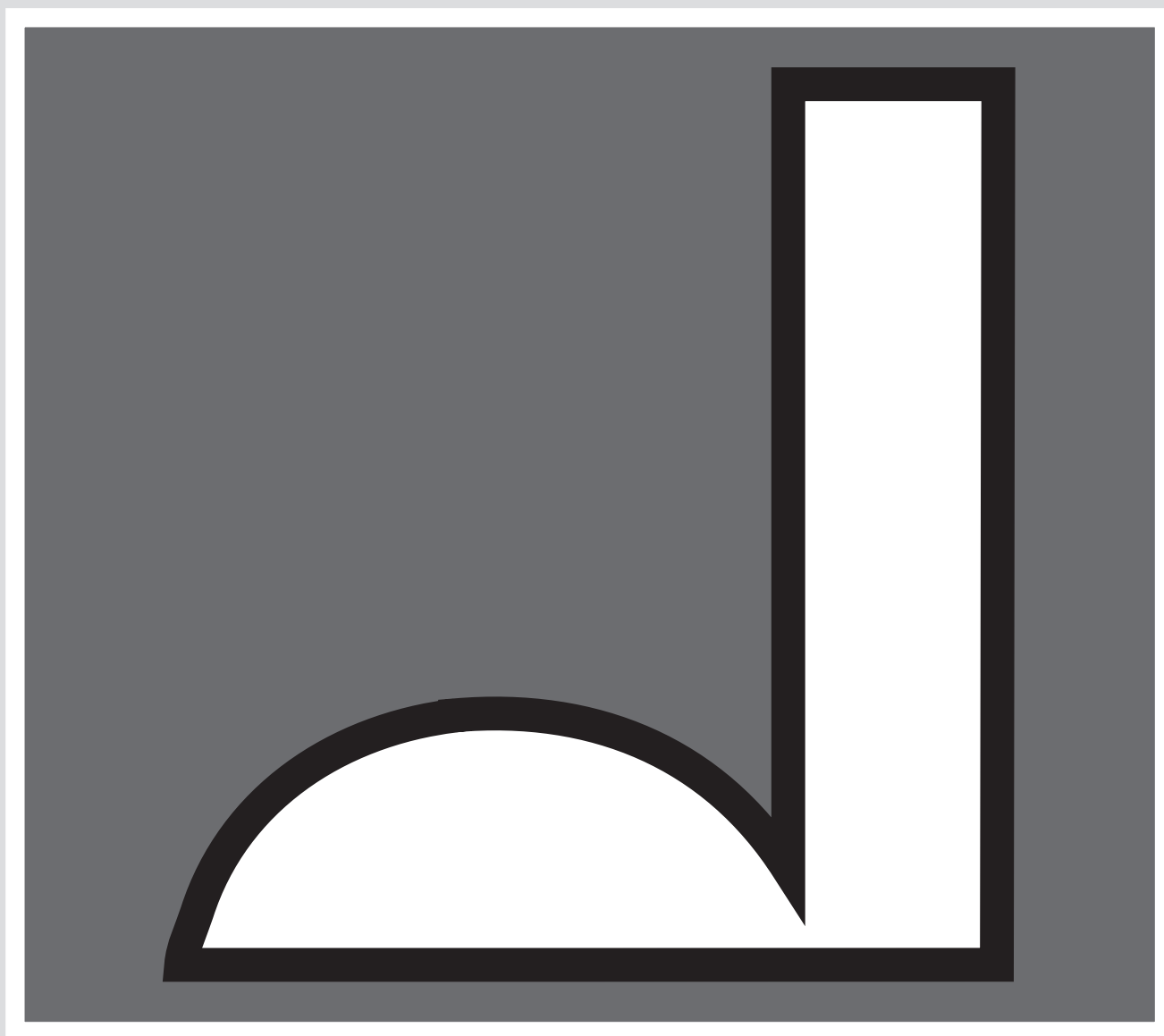




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 148 - SEXTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 140ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE AGOSTO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR MAGNO MALTA – Considerações sobre as denúncias que culminaram com a instalação da CPMI dos Sanguessugas. Manifestação em defesa da honra de S. Ex^ª. 27433

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI – Manifestação de solidariedade ao Senador Magno Malta. Grito de alerta contra decisão equivocada da ANP, e apelo em favor da inclusão da Paraíba na 8ª Rodada de Licitação dos Blocos Exploratórios. 27438

SENADOR JOSÉ JORGE – Considerações à pesquisa mensal de emprego, do IBGE, sobre o aumento do desemprego e a queda do poder de compra. 27440

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Críticas ao Ministro da Saúde por sua atitude em evento hoje, em Juiz de Fora e à ameaça de interferência na Anatel, pelo Ministro das Comunicações, Hélio Costa. 27443

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Análise de decisão divulgada hoje, relacionada à questão da indústria da laranja e de sua produção pelos citricultores brasileiros, que teriam aceitado pagar indenização de 100 milhões de reais ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a fim de encerrar investigação sobre formação de cartel. 27447

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da Medida Provisória nº 318, de 2006, que abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 858.478.335,00 (oitocentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais), em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Educação, da Justiça, das Relações Exteriores, da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito. *Estabelecimento do calendário de tramitação.* 27459

1.2.3 – Leitura de Projeto de Lei do Congresso Nacional

Nº 14, de 2006, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 2.155.000,00 (dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais), para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente. (Mensagem nº 90/2006-CN, nº 713/2006, na origem). *Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e estabelecimento de calendário para tramitação do projeto.* 27460

1.2.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALDIR RAUPP – Aplausos ao êxito do Programa de Mobilização e Capacitação para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia, o chamado *Proteger*. 27463

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentário sobre o artigo intitulado “A Constituinte é um golpe parlamentar”, do jornalista Elio Gaspari, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 6 do corrente. 27465

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Inserção nos Anais do Senado Federal da entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, intitulada “País tem nojo e medo”, concedida ao jornal **Correio Braziliense**, edição de 20 do corrente. 27466

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Ataque do PCC é reação à ofensiva do Estado”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 17 do corrente. 27467

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 8, apresentadas à Medida Provisória nº 317, de 2006. 27468

3 – CERTIDÃO

Referente à Medida Provisória nº 316, de 2006, comunicando que não foi convocada reunião para instalação da Comissão Mista. 27484

SENADO FEDERAL**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA****5 – SECRETARIA DE COMISSÕES****6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 140ª Sessão Não Deliberativa, em 24 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Roberto Cavalcanti, Magno Malta e Eduardo Suplicy

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são muitas as razões que me trazem a esta tribuna mais uma vez. Atendendo a apelos de companheiros e de alguns Senadores, volto à tribuna para falar do mesmo assunto.

Tenho recebido solidariedade, por meio de *e-mails* vindos de todo o País, de pessoas de classes e de credos diferentes, que não me conhecem e que não têm relacionamento comigo, de amigos próximos, de líderes de todas as classes, de pessoas do Ministério Público, da Justiça e do meio artístico.

Agradeço a meu amigo Pampa, campeão brasileiro de vôlei, pela solidariedade; a Zezé di Camargo pelo telefonema, pelo carinho e pela reiteração de confiança na minha pessoa. Pode continuar confiando, porque nada tenho com esse episódio sujo, que macula a honra da Nação! Nunca dele participei, nunca dele fiz parte. Agradeço ao Pastor Lécio Dornas, de Salvador, pela solidariedade e pelo carinho, bem como aos pastores líderes de todo este País, inclusive os de Rondônia, onde o Senador Amir Lando, Relator da CPML que trata desse caso, é candidato a Governador.

Eu disse aos Líderes: “Reúnam-se com ele e perguntem-lhe se devo algo, se algo macula minha honra e meu nome, se fiz parte disso, porque ele é o mais convicto de que não tenho nada”.

Sr. Presidente, esse Relator falou comigo todos os dias. Ainda que alguns zombem da fé que professo – tenho orgulho dela e do meu compromisso com Jesus –, na noite anterior à leitura do relatório, orei com o Relator, que me pediu oração pelo telefone, porque

estava angustiado. E disse-me: “Não há absolutamente nada contra você. Essa ilação está desfeita com este documento aqui”. No outro dia, ele me inclui e some. É algo difícil de entender.

Peço que os Líderes de Rondônia se reúnam com ele e vejam, realmente, se ele é digno do seu voto e do seu apoio com esse comportamento.

Quero agradecer, Sr. Presidente, a um cidadão de 88 anos, aposentado, e à sua esposa, do Paraná. Das centenas de *e-mails* que recebi, fiquei emocionado com esse que partiu desse homem de 88 anos. Ele disse que gostaria muito de ser do meu Estado, porque acompanha minha trajetória há seis anos e tem orgulho dos serviços que tenho prestado a este País.

Agradeço ao meu povo, do Estado do Espírito Santo, de todos os Municípios, de Ponto Belo a Presidente Kennedy, de Mimoso do Sul, de Santa Maria de Jetibá, de Cachoeiro de Itapemirim – nossa terra querida, em que está acontecendo a Feira Internacional do Mármore, que muito contribuiu para a economia deste País –, de Vitória. Agradeço ao povo da serra, o povo do norte, desde Conceição da Barra a Barra de São Francisco. Tenho recebido a solidariedade do povo de todo o litoral do Estado. Isso me deixa muito feliz e fortalecido, razão pela qual, Sr. Presidente, ocupo a tribuna todos os dias.

Com os ataques nefastos e mentirosos que tenho sofrido, era para eu estar muito encolhido e para eu ter sumido deste plenário e desta tribuna, mas nada me faz calar, nada me mete medo. Quando a verdade está do seu lado – e ela está comigo – e quando você confia em Deus absolutamente, não há de correr de uma situação, embora ela se apresente tão grave – e ela é grave –, como um grande gigante diante de você, quase que irremovível, quase que imbatível! Essa situação se apresentou dessa forma diante de mim, mas me alegro e me dá muito orgulho receber a solidariedade dessas pessoas do Brasil. Isso me fortalece, e agradeço a todos.

Venho à tribuna hoje, porque, na próxima semana, estarei ausente desta Casa por problemas particula-

res. Não sei se V. Ex^a sabe, porque é novo na Casa, mas sou lesionado de medula. Sou um paraplégico que anda. A minha coluna é um enxerto. Sou um milagre de Deus! Por razões alheias à minha vontade, não virei na próxima semana. Por isso, estou aqui hoje. As pessoas que assistem à TV Senado fazem questão de nos acompanhar, e, como não temos a grande mídia, é preciso que elas me ouçam.

Hoje é um dia feliz para mim, Sr. Presidente, porque me faço acompanhar da minha esposa, que ali está, companheira de 25 anos; da minha irmã Susi; de Glória, uma amiga e companheira. A minha esposa está comigo há 25 anos, Sr. Presidente, tirando drogas das ruas. Há 25 anos, tiramos pessoas da cadeia e bêbados das ruas. Recebemos trapos humanos das mãos das famílias e os devolvemos à sociedade. Há meninos de 10 anos de idade viciados e traficantes de craque e pessoas com 70 anos e alcoólatras, e os recolhemos como filhos e os devolvemos à sociedade. Lá, juntamente com minha esposa, recebo homens de 50 anos ou de 60 anos com cirrose, com epilepsia alcoólica, com **delirium tremens**.

Sr. Presidente, fui Deputado Federal e nunca coloquei uma emenda no Orçamento para essa instituição. Como Senador, nunca o fiz. Recuperando alcoólatras e com tantas pessoas doentes, se eu tivesse qualquer ligação com a máfia da ambulância, minha instituição seria a primeira a ter uma ambulância bem equipada, pois há gente com epilepsia alcoólica. Mas prefiro, Sr. Presidente, continuar vendendo CD, recebendo direitos autorais, realizando eventos e **shows**, vendendo camisetas. Com isso, mantenho nossa instituição, que é filantrópica, que é decente e que tem recuperado milhares, milhares e milhares de jovens, de adultos e de anciãos, devolvendo-os às suas famílias.

Aliás, quero agradecer às famílias de todo o Brasil que me enviaram *e-mails* com muito carinho, fortalecendo-me. Fico orgulhoso, porque, desde o primeiro ano do meu casamento, eu e minha esposa não temos privacidade. Nossas filhas já nasceram nos braços dessa gente.

Hoje é um dia mais importante ainda, a despeito de tudo, porque, hoje, minha filha Magda faz 23 anos de idade – é a minha filha mais velha. Quero mandar um abraço e um beijo para minha filha e dizer do orgulho que sinto pela vida que ela leva, pelo comportamento que tem e pela cobertura que me faz com orações neste momento tão difícil não só meu, mas de toda a minha família.

Veja o disparate, Sr. Presidente: CPI de máfia de ambulância. Quando escuto ou vejo isso – aliás, não vejo nem leio mais nada sobre máfia de ambulância

–, fico estarelecido, porque nunca coloquei uma emenda nesse sentido; não há uma emenda no Orçamento para essa máfia da ambulância. Já deve ter chegado ao seu gabinete os documentos, porque os mandei a todos os Senadores. Gostaria que cada um tivesse o cuidado de olhar cada documento. São esses mesmos documentos que estão nas mãos da imprensa.

Passo ali, e o jornalista me diz: “Olha, que momento duro o senhor está vivendo! Li aquilo tudo, e não tem nada a ver com o senhor”. Perguntei: “Você leu? Por que não publica?” Ele disse: “Não posso”. Não há problema. Se na vontade permissiva de Deus é preciso que eu passe por este momento, estou passando por ele. É como se eu estivesse vivendo minha Sexta-Feira da Paixão, esperando o Domingo de Páscoa.

Sr. Presidente, V. Ex^a é Parlamentar e sabe que uma CPI se constitui com um fato determinado. O fato determinado dessa CPI foi fraude no Orçamento para ambulância superfaturada. Não fraudei o Orçamento, não coloquei emenda no Orçamento; nunca fiz isso na minha vida, não coloquei emenda para superfaturar ambulância. Não há uma prefeitura, um prefeito que levante o dedo e diga que recebeu de mim, porque não há, não existe. Estão lá as emendas.

Fiz questão de resgatar minhas emendas de quando eu era Deputado Federal, emendas para saúde, para hospitais filantrópicos, para hospital evangélico, para a Santa Casa do Espírito Santo; as emendas foram aplicadas quando eu ainda era Deputado Federal. Não existe absolutamente nada que me ligue a essa máfia.

Aí você vê: Senadores acusados da máfia da ambulância! Não temos ambulância nem para a instituição que dirigimos! No depoimento do Sr. Vedoin, ele disse, com raiva, que nunca coloquei emenda para ele. Disse que me deu um carro em 2003. Mas eu não recebi isso. E não o conheço. De acordo com o depoimento dele, comprou em 2003 o tal carro, mas os documentos são de 2001. Em 8/1/2001, ele passou esse mesmo carro para o nome do Deputado Lino Rossi. Esse carro é uma *van*. Eu não os conheço. Nunca tratei nada com ele. Mas, se ele tratou alguma coisa com o Deputado Lino Rossi em meu nome, não tomei conhecimento disso. Isso não chegou a mim.

Em 2003, um amigo que participou da CPI do Narcotráfico... Quem não se lembra dessa CPI? Eu cruzei o País inteiro. Estive no Acre, do Senador Tião Viana, de Jorge Viana, de nossa querida Ministra Marina Silva, de nosso querido Senador Sibá, atendendo a um apelo do Senador Tião, do Governador Jorge, acuado pela máfia de Hildebrando Pascoal, daqueles que cercavam o Acre e tiravam a liberdade do povo.

Eu passei cinco dias lá. Até um cemitério clandestino eu escavei. Debelamos aquilo tudo. Coloquei minha vida em risco.

Fui para São Paulo, fui para Minas Gerais a convite de Aécio Neves – hoje Governador, mas, naqueles dias, era Líder de seu Partido na Câmara dos Deputados – e de Jutai Júnior, que hoje é o Líder. Eu fui para lá resolver problemas seriíssimos. Fui para o Amapá. Fui para o Maranhão, do Senador José Sarney. Prendemos uma máfia de delegados e José Gerardo, o terror do Maranhão. Cruzamos São Paulo, cruzamos o Rio de Janeiro. Isso me custou o fim da liberdade: começamos, eu e minha família, a andar com seguranças.

“De que valeu isso?”, fico me perguntando. Estou marcado pelo narcotráfico e pelos “bingueiros” e preciso de segurança. De que me valeu isso? Coloquei minha vida em risco neste País. Valeu algo? Será que valeu?

Hoje, vejo como se meu nome, Senador Magno Malta, estivesse no lixo, no monturo, indo embora, jogado pelo esgoto. Fui acusado de algo que não conheço. Em 2003, esse cidadão participou da CPI do Narcotráfico. Eu ainda posso chamá-lo de amigo, porque era tão amigo como Moroni Torgan, como Fernando Ferro e como muitos daqueles que participaram daquela célebre CPI que prendeu 248 pessoas e que indiciou 864. Mas todos foram ouvidos; nenhum bandido foi indiciado e preso sem ser ouvido. Essa é a primeira CPI que ouve o acusador, que pede para que os outros se manifestem por escrito e que não lê nada de ninguém.

Há algo até muito engraçado. Anteontem, Sr. Presidente, liguei para o Senador Antero Paes de Barros, meu companheiro, colega aqui, para ser solidário a S. Ex^a e à família dele, pois este é um momento difícil na vida de qualquer pessoa. O rapaz, na revista **Veja**, citou o nome do Senador Antero, com o qual fui solidário: liguei para S. Ex^a, a fim de abraçá-lo. Leio aqui o que disse o Deputado Carlos Sampaio, Vice-Relator da CPI, promotor público, experiente, rapaz de bem, de São Paulo. Segundo Sampaio, “Antero Paes de Barros nem sequer tem do que se defender, pois não há qualquer prova contra ele, e até mesmo o Deputado Lino Rossi, de acordo com o Sub-Relator, já teria afirmado que não fez nenhum repasse de dinheiro ao Senador”. Antero afirma, com todas as letras, com a valentia que lhe é peculiar – e eu acredito no Antero –, que nunca teve negócio com essa gente. Eles dizem que acertaram com Lino Rossi. E Lino Rossi desmente. Fico abismado, porque o Sub-Relator agiu certo. Quem podia acusar Antero era o Lino, que desmentiu, disse que está tudo

correto. Mas o que me assusta é que, no meu caso, ele não considerou o documento do Lino.

Em 2003, recebi um carro emprestado de um amigo. E, aliás, a minha banda tem 15 músicos, e era uma *van* só de quatro lugares. Eu usei essa *van* de Lino Rossi, nunca recebi *van* em nome de Planam nem em nome de empresa nenhuma. Recebi da mão de um cidadão, pessoa física, Sr. Presidente, e devolvi há um ano e três meses. Os documentos estão todos aí, inclusive o recibo da transportadora que levou a tal *van* para seu dono, Lino Rossi. Dono, digo, porque ela continua na porta dele. É essa *van* que leva os filhos dele para a escola.

Não tenho nada com Vedoin, não tenho nada com Planam, nunca coloquei emenda! Agora, veja que descalabro o meu nome estar metido nisso! Há mais de 30 dias, sou manchete nos jornais como bandido; há mais de 30 dias, sou manchete nos jornais como ladrão de Orçamento, como quem superfatura Orçamento, rouba orçamento público para favorecer máfia. Nunca fiz isso.

Quem me conhece sabe quem eu sou! Quem é Parlamentar comigo, quem foi Parlamentar comigo, quem me conhece sabe do meu comportamento! Durante toda a minha vida, fiz enfrentamento. Imagino que, hoje, esses bandidos do narcotráfico – que estão presos até hoje, que estão recolhidos para se fazer a paz no Estado do Acre e em muitos outros – estão rindo nos presídios, com cada recorte de jornal, dizendo: “Olhe aí! Veja o que você recebeu agora! Tome o seu troco agora!”.

Eu não tenho segurança por fazer esse enfrentamento. Pergunto a V. Ex^a: valeu a pena? Vale a pena?

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para dizer que a mim não preocupa o Conselho de Ética. Realmente, o Conselho de Ética e a Mesa do Senado têm de seguir os ritos do Regimento da Casa. O Conselho de Ética é melhor, porque lá, pelo menos, seremos ouvidos e alguém vai ler nosso depoimento. Lá eu serei ouvido, até porque esses documentos estão nas mãos de todos. E eu estou repetindo aqui tudo o que está em documento: o recibo, o tempo em que usei esse carro, quando o devolvi. Sr. Presidente, eu não o devolvi há 60 dias, não; eu o devolvi há um ano e três meses ao seu dono, e está na porta do dono. Não está na porta do Vedoin, nem do filho dele, mas na de Lino Rossi, que é o dono do carro. Em fevereiro, ele me disse que usava esse carro para levar os filhos para a escola. E vejo meu nome envolvido nisso como se eu fosse o bandido. Saem manchetes como se eu fosse o maior

bandido deste País, o maior facinora, ladrão de Orçamento, ladrão de dinheiro público!

E me pergunto: o que Deus quer de mim? Como isso tudo vai acabar?

Lino Rossi vem a público e defende o Senador Antero. O Sub-Relator disse: “É o suficiente”. Lino Rossi faz um documento em que declara: “Eu, Lino Rossi, Deputado Federal, sou dono desse carro de placa tal. O carro é meu. Eu o emprestei para o Senador, que me devolveu na data tal. O carro é meu, continua meu, está na minha porta. Dou fé”. E isso não vale.

V. Ex^a, Sr. Presidente, conhece um pouco da área jurídica e sabe que tudo o que foi feito na Justiça desmantela, não vale nada. Como é que você não ouve? É direito das pessoas. Todo cidadão tem direito à sua defesa. Ele tirou o direito, dizendo: “Você responde aí se quiser, por escrito”. E ninguém leu nada.

Há muita gente envolvida lá? Há. E quem está envolvido tem de pagar? Tem. Há gente envolvida até o pescoço? Há. Mas fico me perguntando... E vou ler isso novamente aqui, até porque um aposentado me pediu que o fizesse. Para fazer a lista, eles criaram três critérios, Sr. Presidente. Vou lê-los agora.

O primeiro deles era o de incluir na lista todos os Parlamentares que se utilizaram da prerrogativa do mandato com apresentação de emendas para auferir benefício financeiro ou outras vantagens. Eu nunca coloquei emendas. Eu me enquadro neste item aqui? Não.

O segundo era o de incluir todos que permitiram, por ação ou omissão, que servidores – isto é, assessores seus – conseguissem benefícios financeiros ou outras vantagens junto ao grupo Planam sobre emenda de Parlamentar. Eu me enquadro nesse item? Não. Não há nada de assessor meu envolvido; não há nada de emenda minha, não.

O terceiro era o de que deveriam ser enquadrados todos os Parlamentares que utilizaram servidores ou terceiros para recebimento, em suas contas bancárias ou em espécie, de recursos destinados ao Parlamentar. Eu me enquadro nisso? Não. Nem servidor, nem Parlamentar. Não há dinheiro de Planam em conta de parente meu, de assessor meu.

Em qual me enquadro? Em nenhum. Sabe qual foi meu pecado? Não ter a capacidade de adivinhar. O meu crime é o de não ter poderes sobrenaturais de adivinhar que o carro que o Deputado Lino Rossi me emprestou, que eu devolvi há um ano e meio, que é dele, que está na porta dele, foi o Vedoin que deu a ele em 2001. Isso poderia ter acontecido com qualquer pessoa, Sr. Presidente. Qualquer homem desse que está em campanha e que pega um carro emprestado de

um amigo que foi enrolado, pois comprou um carro cujo chassi foi raspado, pois tinha sido roubado – e o sujeito não sabia –, pode virar, depois, ladrão de carro.

Então, eles tinham de ter colocado um quarto critério aqui referente a todos aqueles que não têm premonição, que não têm capacidade de ter visões, que não têm a capacidade da adivinhação. E esse é um dom que eu não queria ter, porque a Bíblia diz que os adivinhos não herdarão o Reino dos Céus.

Não há o quarto item. V. Ex^a conhece um pouco do Direito. Isso se sustenta na Justiça? Não. Onde eu estou enquadrado? Há dinheiro em conta minha? Há dinheiro em conta de assessor meu? Onde é que há assessor meu envolvido? Encontraram-me nas gravações? Onde há registro de encontro meu com eles? Não há, porque eu não os conheço, nunca falei com eles, nunca coloquei emenda para eles. Eu usei um carro do Deputado Lino Rossi; o carro é tão dele, que o devolvi há um ano e três meses. E tenho todos os documentos.

Então, é bom que a Justiça entre nisso mesmo, que o Supremo entre nisso! A Justiça vê o que é técnico, a verdade. Aí, sim, quem sabe, terei a capacidade de me defender e terei oportunidade para isso. E, no Conselho de Ética, também terei oportunidade para fazê-lo, Sr. Presidente. E o farei, sem o menor problema.

Todas as pessoas decentes... A maior prova de que ninguém leu nada de ninguém se deu no dia da fatídica reunião em que houve a tal lista. V. Ex^a viu os Congressistas todos em campanha. Vieram somente para aquela reunião. E eles diziam, assim: “Nós apoiamos”. Todo mundo apoiou, e ninguém participou, porque só se reuniram quatro aqui; o restante estava nos Estados.

O Senador Amir Lando me deixou muito triste, não porque colocou o meu nome lá, mas porque ele sabe da verdade. E sabe qual é a verdade, Sr. Presidente? A verdade é que, quando eu estava discursando aqui, ele ligou para o celular do Senador Romeu Tuma e pediu para falar comigo. O Senador Amir Lando, Relator, pediu para falar comigo no celular do Senador Romeu Tuma. Sabe o que ele falou comigo? “Eu tenho consciência da sua inocência, consciência de que você não deve nada. Mas eu sofri muita pressão”. De quem? Que Relator é esse? “Mas você pode me arrolar como testemunha de defesa em qualquer lugar, que eu vou dizer que você é inocente”. Isso é brincadeira, não?

O Senador Amir Lando ligou para o celular do Senador Romeu Tuma, Sr. Presidente, pediu para falar comigo depois da leitura do relatório. E disse: “Olha, eu

tenho consciência da sua inocência. Mas eu sofri muita pressão”. De quem? Para mentir? Para pegar uma pessoa inocente e jogar no cadafalso? Como?

Ele disse: “Você pode me arrolar como testemunha sua em qualquer lugar, que eu vou lá dizer que você é inocente”. Veja que foi o que disse o Relator!

Pergunto a V. Ex^a: isso é brincadeira? É a honra de um homem, de uma família, que está em jogo. Tenho três filhas, Magda, Magna Karla e Jaisliny, mas tenho centenas de filhos do coração, tirados das ruas, das cadeias.

Brincar com a honra alheia, Sr. Presidente?! É por isso que todo dia estou aqui no plenário. É por isso que todo dia uso da palavra. Não vou fugir daqui, não vou colocar o galho dentro. Não sou covarde, não sou covarde!

Deus tem o controle de todas as coisas. Tudo está no controle Dele, e creio nisso. Se não acreditasse nisso, teria acabado com a minha vida. Eu disse, anteontem, que o homem tem três caminhos para seguir numa situação dessa quando é honesto e tem vergonha na cara: ou ele mata, ou ele se suicida, ou ele confia em Deus.

A Bíblia diz que muitos preferem confiar em carros, em riquezas e em cavalos, mas prefiro confiar no Senhor, meu Deus, que me trouxe até aqui. A minha confiança está Nele, e, se Ele permitiu que eu caísse nessa cova de leões, será Ele que terá de me tirar dela. Ou me tirará dela ou, então, terá de me matar. Não há nada que eu possa fazer por mim. Tudo o que eu podia fazer por mim eu fiz: ser honrado, ser honesto, ser decente, ser honrado nos mandatos que este País me deu, que o Espírito Santo me deu, que o Estado do Espírito Santo me deu! E fui honrado, decente e corajoso em todos eles.

Sr. Presidente, digo a V. Ex^a que, pela situação do Acre – nós fomos lá –, pelo índice de ameaça e de gravidade, qualquer um não iria lá. Eu fui lá. Eu fui a Minas Gerais, atendendo a Aécio Neves. Eu fui ao Rio de Janeiro, à Bahia, ao Pará, ao Maranhão, ao Piauí. Fui socorrer Mão Santa do Coronel Viriato. Coloquei minha vida e a da minha família em risco. Valeu a pena? Valeu a pena?

Sr. Presidente, afirmo que valeu e está valendo por conta tão-somente da fé que professo em Deus. E a crença que tenho Nele diz: “Não vos deixarei provar além das vossas forças”. O choro pode durar uma noite, mas a alegria vem logo ao amanhecer. Por quê? Porque, na noite, há hora para começar e hora para acabar.

É possível que eu esteja vivendo minha Sexta-Feira da Paixão, mas meu Domingo de Páscoa vai

chegar, porque a verdade há de se restabelecer, a verdade há de vir à tona. E sobre tudo aquilo que foi tramado no escuro contra mim, a Bíblia diz: “Tudo o que é feito nas trevas um dia virá à luz”.

Sr. Presidente, dou todo apoio ao Presidente da Casa, Renan Calheiros; ao Senador João Alberto Souza, do Maranhão, Presidente do Conselho de Ética; e a todos os Senadores que compõem o Conselho de Ética. Para mim, o Relator do meu caso pode ser qualquer um, qualquer um, porque nada devo. É só olhar! Gostaria que V. Ex^a, até por deferência a um pedido meu, ao chegar a seu gabinete, olhasse um pouco os documentos, os depoimentos, as contradições, o que está lá. Quando perguntado se aquele carro estava com o Senador, sabe o que ele disse? “Está com ele até hoje”. Essa é a prova mais contundente de que nada deles recebi, porque o carro foi devolvido há um ano e três meses a seu dono real: o Deputado Lino Rossi.

Como me enquadro em máfia de ambulância, se não participei, se não coloquei emenda, se não há ambulância comprada com dinheiro de emenda minha para a Planam ou para qualquer outra superfaturada?

V. Ex^a há de convir que, como ser humano, isso dói muito. A alma fica ferida, mas vou até o final, sangrando, olhando para frente, com a cabeça levantada, erguida, sem esmorecer na minha fé e na minha caminhada. Não foi homem nenhum que me colocou nesta Casa. Por isso, não será homem nenhum que dela vai tirar-me.

Sou filho de uma faxineira, Sr. Presidente, do interior da Bahia. Cheguei aqui por pura misericórdia de Deus. Quem me pôs aqui é quem me tira! Não há artimanha que seja feita nas trevas ou retaliação dos donos de Bingo e do narcotráfico, pois toda arma forjada contra mim não prosperará em juízo.

Eu precisava vir à tribuna nesta tarde, até porque vou ausentar-me na próxima semana em razão de necessidades pessoais. Mas estarei aqui na semana do esforço concentrado, para que as pessoas que vêem a TV Senado não imaginem que o Senador Magno Malta sumiu do plenário. Não, estou aqui, firme e confiando em Deus, que tudo pode e vê. Ele é o único que pode fazer algo por mim. Ninguém pode fazê-lo. Nenhum homem pode fazê-lo, só Deus. E, se Deus não me tirar dessa cova, terá de me matar, porque tenho vergonha na cara, Sr. Presidente! Tenho vergonha e decência! Tenho uma vida pública decente e honrada, sou comprometido com Deus, com minha família, com a fé que professo e com este País.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, a benevolência comigo.

Era o que tinha a dizer nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Senador Magno Malta, convido V. Ex^a a assumir a Presidência dos trabalhos.

O Sr. Roberto Cavalcanti, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Magno Malta.

O SR. PRESIDENTE (Magno Malta. Bloco/PL – ES) – Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria inicialmente de dirigir minhas palavras ao Senador Magno Malta, que tenho ouvido constantemente. Estou assiduamente neste plenário, por isso não é a primeira vez que assisto a seu pronunciamento na tribuna. Quero fazer a ressalva de que não recebi o seu material; deve ter havido alguma falha de encaminhamento, porque não está em nosso gabinete o seu material, que gostaria muito de ler. Louvo e parabeno V. Ex^a pela postura. Acompanho V. Ex^a desde os primeiros momentos e percebo o desejo de transmitir o seu pensamento, de transmitir o que, na verdade, as coisas de Deus permitem: que vigore e vença a verdade. Espero que V. Ex^a possa, com a forma como se está comportando e com a verdade, comprovar eventualmente esse equívoco que possa estar sendo cometido contra V. Ex^a.

Sr. Presidente, na última terça-feira, aqui estava e assisti a um pronunciamento magistral feito pelo nobre Senador Arthur Virgílio, do Estado do Amazonas. Naquele momento, desejei apartear S. Ex^a, mas preferi não fazê-lo. O Senador Arthur Virgílio defendia o Estado do Amazonas, Manaus, a Zona Franca de Manaus, a produção de televisores digitais na Zona Franca de Manaus.

Sou testemunha da fantástica operação industrial em Manaus. Visito aquela cidade há mais de 30 anos e lá percebo a pujança de todo o Amazonas, exatamente em função do vigor econômico da Zona Franca. Poderia dar um depoimento, naquele momento, sobre a Honda, empresa que tenho o privilégio de acompanhar. Mais de um milhão de motos são produzidas anualmente na unidade fabril da Honda Amazonas, que atende ao mercado brasileiro e exporta para diversos países do mundo.

Refleti como era bonito assistir a um Senador defender uma causa do seu Estado, defender um investimento do seu Estado. O Senador Arthur Virgílio, na verdade, era um homem feliz: lutava por aquilo que tinha.

Sr. Presidente, eu não tinha e não tenho o que defender de investimentos federais na Paraíba.

Estou nesta tribuna na luta por um fato que Deus ou que a natureza deu à Paraíba, que é a ocorrência de petróleo no seu território. O quadro econômico da Paraíba é de extrema dificuldade, pois não temos grandes vocações, nem outras grandes virtudes naturais que permitam um diferencial, que permitam que lá sejam feitos outros investimentos. Mas surgiu a esperança com a ocorrência e com a produção petrolífera em nosso Estado. Meu grito de alerta, a partir desta tribuna, sobre a decisão equivocada da ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível ficou no vazio; até agora, não tive nenhum retorno.

Ao regressar ao meu Estado, fui procurado por dezenas e dezenas de pessoas, parabenizando uma voz que se levantava em prol do desenvolvimento econômico e do progresso da Paraíba. Tive, realmente, com singela vaidade, o reconhecimento do público da nossa Paraíba, mas não tive nenhuma reação política. Nada, nada politicamente aconteceu na Paraíba, à exceção de uma voz, a do Deputado Estadual Rodrigo Soares, do PT da Paraíba, Deputado da Assembléia Legislativa do nosso Estado, que tentou convocar uma sessão extraordinária daquela Assembléia, mas não conseguiu nada. O interesse político-econômico inexistente no momento presente. O que existe, unicamente, é o interesse político-eleitoral.

Conclamei o Governador do Estado, Dr. Cássio Cunha Lima, PSDB da Paraíba, e não aconteceu nada. Nenhum Secretário de Estado se pronunciou a respeito. Nenhum Secretário de Estado enviou à ANP ou ao Ministério das Minas e Energia nenhum documento, nenhum apelo político para reforçar o meu discurso.

Devo registrar correspondência recebida do engenheiro Wagner Granja Viter, Secretário de Estado de Energia, da Indústria Naval e do Petróleo, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, membro do Conselho Nacional de Política Energética – o tal Conselho por decisão do qual, eles alegam, não se vai extrair petróleo na Paraíba.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro acostou-se ao nosso depoimento, aos Senadores do Estado de Pernambuco, para que, juntos, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraíba pudessem obter da Agência Nacional do Petróleo essa concessão de ir a um leilão. Não estamos pedindo nada mais do que termos o direito de estarmos expostos a uma licitação. Não há um centavo de Governo Federal nisso. Há simplesmente uma autorização para que se possa prospectar petróleo na Paraíba.

O Senador Roberto Saturnino é testemunha de quão importante é a ocorrência de petróleo no Estado. O Estado do Rio de Janeiro tem se enriquecido ultimamente em função exatamente dos *royalties* do petróleo. Assim como o Senador Roberto Saturnino, o Senador Magno Malta, do Espírito Santo, é testemunha de quão importante é para o seu Estado a ocorrência de petróleo.

Para a Paraíba, nada.

Os Senadores Marco Maciel e José Jorge, de Pernambuco, estão lutando por seu Estado. Discutimos sobre a possibilidade de convocar o Diretor-Geral da ANP, o Sr. Haroldo Lima, mas não pudemos fazê-lo. Os caminhos legais não permitem isso. A única alternativa seria um convite. Conversando com o Senador Marco Maciel, S. Ex^a demonstrou seu pessimismo ao afirmar que trazê-lo aqui simplesmente não proporcionaria nenhuma decisão. Como membro da Agência, ele culparia o Conselho. Ele viria aqui e não teria nenhum poder de decisão a respeito da exclusão da Paraíba da prospecção de petróleo.

Sou filiado ao PRB – Partido Republicano Brasileiro, aliado à base do Governo e Partido do Vice-Presidente da República, José Alencar. S. Ex^a é um empresário competente, com grandes vínculos com o nosso Estado, a Paraíba, onde tem um substancial volume de investimentos. S. Ex^a sabe dos anseios do Estado, dos benefícios que o Estado tem-lhe dado em termos de incentivos fiscais, de qualidade de mão-de-obra, de atendimento a todos os seus pleitos e aos das suas empresas na Paraíba.

O Estado da Paraíba não tem nenhum projeto estruturante até o presente momento. Contrariando o discurso do nobre Senador Arthur Virgílio, no qual reclamava do Governo Federal para que não fosse tirada determinada produção do seu Estado, na Paraíba não se pode tirar nada, pois não tem nada. Não existe nenhum investimento federal na Paraíba. Então, não há o que tirar. A única coisa que pedimos é que o Governo permita que a Paraíba esteja no leilão, esteja na prateleira, disponibilizada para os grandes grupos internacionais num momento econômico fantástico, no qual o barril de petróleo está acima de US\$77.00, no qual tudo é viável, qualquer volume que jorrar de um poço da Paraíba é economicamente viável. Mas não acontece nada.

Temos um exemplo que poderíamos chamar de exceção: a BR-101 passa pelo Estado da Paraíba porque não existe uma outra solução geográfica para unir o Estado do Rio Grande do Norte a Pernambuco; por isso, a duplicação inclui a Paraíba, e só por isso. Não

haveria uma forma de contornar o Estado da Paraíba para fazer a duplicação da BR-101.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço um apelo ao empresário, ao Vice-Presidente da República, José Alencar, meu correligionário, filiado ao PRB; S. Ex^a visitará a Paraíba amanhã, sexta-feira, dia 25 de agosto – estou hoje, um dia antes, fazendo este apelo. S. Ex^a é o único homem que politicamente poderá salvar a Paraíba. A reinclusão da bacia Pernambuco/Paraíba na oitava rodada de licitações da Agência Nacional de Petróleo não custa nada. Volto a repetir, não é um investimento do Governo a ser feito na Paraíba, é somente não impedir que a Paraíba esteja colocada neste leilão. Trata-se apenas de incluir a oferta de mais uma bacia, uma única bacia, entre as 284 outras que foram recomendadas para estar nesse leilão. Só pedimos uma, uma só.

A frustração de expectativa é traumática. Não fomos nós, não foi a Paraíba que gerou essa expectativa, foi a Agência Nacional de Petróleo.

Descobrimos petróleo lá por acaso, não foi a Petrobras que descobriu, não foi o Governo que descobriu; foi Deus que lá colocou um cidadão cavando um poço para tirar água em uma pequena fazenda, um pequeno sítio e, no lugar de encontrar água, que era o que ele desejava, encontrou petróleo. Mas não se deixa extrair economicamente esse petróleo; inibe-se, proíbe-se a Paraíba de tirar petróleo.

Para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria de convocar o povo da Paraíba, gostaria de convocar a imprensa da Paraíba: vamos receber bem o Vice-Presidente José Alencar amanhã em nosso Estado; vamos cobrar bem do Sr. Vice-Presidente José Alencar. Trata-se de uma decisão de governo, de uma decisão política. Está provado que não se trata de uma decisão técnica. Toda argumentação técnica vai por água abaixo. A decisão é unicamente política.

O Presidente Lula, nas pesquisas de opinião pública na Paraíba, está numa posição formidável, mas o reconhecimento por essa posição não é o suficiente para fazer com que haja sensibilidade do Governo Federal em permitir que os Estados de Pernambuco e Paraíba estejam incluídos no oitavo leilão.

Temos de exigir o nosso desenvolvimento, temos de dar boas-vindas ao Vice-Presidente. Porém, e o petróleo? Nós temos de dar bom-dia. E o petróleo? Nós temos de dar boa-tarde. E o petróleo? Nós temos de dar boa-noite. E o petróleo?

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. O meu muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Roberto Cavalcanti, o Sr. Magno Malta, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. Consulto o Senador José Jorge se deseja usar da palavra. (Pausa.) Também asseguraremos a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a notícia de hoje é a seguinte:

Desemprego atinge maior taxa em 15 meses e renda cai, diz IBGE.

A taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas do País subiu de 10,4% em junho para 10,7% em julho, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Trata-se da maior taxa desde abril de 2005 (10,8%), o que contraria ainda expectativas de que o desemprego fosse começar a ceder.

Na comparação com julho do ano passado, quando o desemprego era de 9,4%, o índice subiu 1,3 ponto percentual [o que é muito: 1,3 sobre milhões de desempregados]. O contingente total de desempregados atingiu em julho 2,4 milhões de pessoas e se assemelhou ao de julho de 2004.

Já a renda do trabalhador também decepcionou e apresentou no mês passado a primeira queda, após cinco altas consecutivas: uma redução de 0,7% em relação ao mês anterior.

A economia brasileira desacelerou no segundo trimestre deste ano apesar da contínua queda da taxa básica de juros da economia.

A economia brasileira no ano passado só cresceu 2,3%, o que significa um crescimento menor do que o de todos os países da América Latina, menos o Haiti. Só para comparar, a economia da Argentina cresceu 9%, a do Chile cresceu 6%, a do Uruguai cresceu 6%. Todos os países emergentes cresceram mais do que o Brasil. E, agora, está desacelerando; quer dizer, aquele crescimento, que já era pequeno, ainda está diminuindo.

Além da crise da agricultura, a indústria também patinou e teve, em junho, queda de 1,7% em relação a maio. O governo explicou

a queda com os dias parados devido à Copa do Mundo. [Ora, o que Copa do Mundo tem a ver com o setor industrial?]

Para o coordenador da pesquisa, [...], no mês de julho houve um maior número de pessoas dispostas a procurar emprego graças ao período eleitoral, mas o baixo dinamismo da economia fez com que o número de vagas abertas fosse insuficiente.

“Acendeu a luz de atenção. Alguma coisa no mercado de trabalho não vai bem”. Afirmou.

Na comparação regional, a maior taxa de desemprego foi observada em Recife: 15,3%. A menor taxa de desocupação até julho é a mesma do ano passado: 10,2%.

Portanto, Sr. Presidente, além de tudo, nós, pernambucanos, ainda temos de conviver com essa taxa de desemprego, a maior do Brasil, de 15,3%, 5% a mais do que o valor médio, que estava em 10,7%.

Renda.

O poder de compra da população ocupada registrou em julho a primeira queda do ano. O decréscimo de 0,7% em relação a junho fez com que o rendimento médio real ficasse em R\$1.028,50. Em relação a julho de 2005, por outro lado, houve um aumento de 3,4%.

A queda na renda foi puxada pelo desempenho da Região Metropolitana de São Paulo, que apresentou um recuo de 2%.

A redução do rendimento foi acompanhada de uma perda de fôlego na formalização do mercado de trabalho. Os empregos com carteira subiram apenas 0,8%.

Por outro lado, o aumento de 2,3% nos empregos sem carteira assinada, o que não vinha ocorrendo nos últimos meses, também contribuiu para pressionar para baixo o valor dos rendimentos.

Sr. Presidente, essa foi a realidade da pesquisa de hoje. A taxa de desemprego no Brasil, em vez de diminuir, cresceu, o que o Governo não apresenta. Para quem ouve o Presidente Lula falar na televisão, principalmente, parece que este País aqui é o céu; parece que estamos próximos do céu e que só aparece coisa boa. No entanto, a realidade não é essa. Existem milhões de brasileiros, de forma crescente, desempregados.

E qual foi a reação do Governo? A reação foi a seguinte:

“Não sei onde o IBGE encontrou esses números” de desemprego, diz ministro.

O ministro Luiz Marinho (Trabalho) reagiu com ironia à pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que mostrou hoje que o índice de desemprego em seis regiões metropolitanas brasileiras atingiu 10,7% da população ativa em julho, o maior índice em 15 meses.

“Não sei onde o IBGE encontrou esses números”, afirmou o ministro no Palácio do Planalto, onde participa de reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

Marinho lembrou que a pesquisa não cobre todo o território nacional e que, por esse motivo, não representa a tendência da evolução do emprego no país, uma vez que a maior parte das novas vagas têm sido criadas no interior.

Ele disse que o IBGE é uma instituição de respeito, que tem competência para fazer a pesquisa, mas disse que o próprio instituto já discute formas de ampliar a área de coleta de dados com o objetivo de realizar um levantamento mais amplo.

Na realidade, verifica-se que o Governo, mais uma vez, diz que não conhece o que está acontecendo no Brasil. Quer dizer, qual é a reação do Ministro do Trabalho? A reação do Ministro do Trabalho é dar uma explicação técnica e dizer que, se a agricultura não está crescendo e se a indústria está diminuindo, é evidente que o emprego tem de diminuir.

Se temos altas taxas de juros, e a carga tributária do ano passado aumentou, mesmo com o Governo dizendo que a carga tributária iria diminuir, então, o Governo tem razões para dizer que o desemprego tenha diminuído, e essas razões são exatamente as que acabei de citar: taxa de juros alta, carga tributária alta e falta de incentivos para investimentos.

Entretanto, a reação do Governo, Senador Heráclito Fortes, é igual a todas aquelas situações quando se coloca algum fato para o Governo explicar, que é: “Não vi, não sei, não conheço.” É essa a reação do Presidente Lula quando acontecem os escândalos, quando acontece alguma coisa ruim e ele tem de explicar. Agora é, também, a reação dos ministros. A frase do Ministro do Trabalho é esta: “Não sei onde o IBGE encontrou esses números.” Quer dizer, o IBGE é o órgão oficial, o instituto de pesquisa do Governo Federal. Não foi o Ibope ou o Datafolha. Não foram institutos privados que coletaram esses números. Quem

coletou esses números foi o órgão oficial de coleta de informação do Governo, que é o IBGE, que mostra o desemprego aumentando e, ainda, lamentavelmente, que a região metropolitana com a maior taxa de desemprego é exatamente a região metropolitana do Recife, capital do Estado que represento nesta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, no momento em que o Governo, com a sua política, não consegue aumentar o emprego – como disse que consegue – que, pelo menos, tivesse uma reação racional, apresentando uma explicação técnica para que a população brasileira possa, efetivamente, entender o que está acontecendo. No entanto, a explicação dada pelo Ministro foi desconfiar dos números do IBGE, o que, na realidade, não tem razão alguma.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, Senador Roberto Cavalcanti.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Exm^o Senador, ex-Ministro e meu conterrâneo – estou aqui representando o Estado da Paraíba, mas todos sabem que nasci em Pernambuco. Muito me entristece ver números que demonstram a situação de dificuldade na qual se encontra o Estado em que nasci. Parabênizo V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento e o conclamo também a participar da luta que visa a revisão dos critérios que excluíram Pernambuco e Paraíba da próxima licitação, da Oitava Rodada de Licitação. V. Ex^a não estava no Plenário no momento em que proferia o meu pronunciamento, mas citei V. Ex^a como um dos poucos políticos da Paraíba e de Pernambuco a estar acostado nessa nossa luta. V. Ex^a talvez seja um dos maiores conhecedores do problema no Brasil, tendo estado, inclusive, competentemente à frente do Ministério das Minas e Energia. V. Ex^a tem o domínio e a consciência do quanto representa para o Estado o início da prospecção de petróleo, o quanto é importante economicamente.

V. Ex^a sabe que hoje, diferentemente dos momentos em que V. Ex^a era Ministro, o barril do petróleo está a US\$77, o que viabiliza qualquer poço.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – No meu tempo era US\$28.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Veja que diferença! O perigo que nós corremos, Pernambuco e Paraíba, é que nos próximos leilões, quando a força política desejar que nossos Estados tenham sobrevivência, o barril do petróleo esteja em outra condição. Temos de tirar proveito do fato de que a lei da oferta e da procura nos beneficia neste momento. O presente momento econômico não pode ser desper-

diçado. Se Pernambuco e Paraíba esperarem o ano seguinte, poderão ter de se submeter ao critério que estiver em vigor e às circunstâncias que envolvam o petróleo. Então, eu queria me acostar e parabenizar o depoimento de V. Ex^a a respeito da situação em que se encontra o Estado de Pernambuco no que diz respeito ao desemprego. Ninguém mais do que V. Ex^a sabe da importância da prospecção de petróleo, o quanto ela alavanca um Estado. Vamos torcer por isso, ainda há tempo. Conclamava o Estado há poucos minutos a se unir em torno da presença do Vice-Presidente José Alencar, que estará na Paraíba. É o momento de darmos as mãos, principalmente o povo, a população, porque existe, lamentavelmente, uma preocupação momentânea da classe política muito enfocada nas eleições. Pernambuco e Paraíba precisam se juntar para conseguir a tempo essa participação, sob pena de ter de ouvir: “É, lamentavelmente o pleito é válido, mas agora não dá mais tempo”. Ainda há tempo! Mais uma vez parabenizo V. Ex^a. Peço-lhe desculpas pela tempo que tomei de seu pronunciamento, mas achei importante somar minha voz à de V. Ex^a para dizer que, juntos, podemos obter uma vitória no tocante ao petróleo em nossos Estados.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a a aparte.

Em relação a essa questão do petróleo, tanto V. Ex^a quanto eu já nos pronunciamos aqui. Realmente, o que aconteceu foi um absurdo político contra Pernambuco e a Paraíba. A Agência Nacional do Petróleo – ANP fez a seleção de uma série de áreas para que fosse incluída no leilão e a encaminhou ao CNPE. A Agência Nacional do Petróleo é o órgão técnico competente para determinar as áreas que devem entrar em leilão e, na realidade, incluiu Pernambuco e a Paraíba. No entanto, sem que ninguém saiba o porquê, o Conselho Nacional de Política Energética retirou essas áreas de Pernambuco e da Paraíba, não apresentou nenhuma razão, nenhuma justificativa. Não se conhece a razão que motivou o CNPE, que é o Conselho que formalmente aprova, a fazer isso. Aliás, formalmente, o Conselho pode retirar, mas o órgão técnico é a ANP, é a ANP que pode colocar, e o Conselho normalmente homologa essas situações.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Eu pediria novamente um aparte a V. Ex^a. É que estou aqui com um documento que esclarece esse ponto a que V. Ex^a se refere. Trata-se de um documento do Governo do Estado do Rio de Janeiro assinado pelo engenheiro Wagner Granja Victor, que é Secretário de Estado no Rio, mas é membro do tal Conselho Nacional de Política Energética. E ele diz no documento que, assim

como aconteceu em áreas de Pernambuco e da Paraíba, no Rio de Janeiro, a Bacia de Campos também foi alijada. Manifesta seu apoio aos nossos Estados e diz que isso não foi tratado lá não. Essa decisão, que está sendo imputada ao Conselho Nacional de Política Energética, ele, como seu membro, desconhece.

Na verdade, a Agência Nacional de Petróleo está se escudando em uma decisão do Conselho que pelo menos um de seus Conselheiros desconhece. É extremamente grave portanto, nobre Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Na realidade, deve ter sido decidido pelo Governo **ad referendum** do Conselho. Quer dizer, é o Governo mais uma vez passando por cima do Conselho. Aliás, já que estamos falando nesse tema de agência, há de se lamentar o que está ocorrendo no setor de Telecomunicações. O Ministro Hélio Costa, por sinal nosso colega aqui, está querendo modificar uma decisão da Agência Nacional de Telecomunicações. Isso tem uma gravidade superior até à decisão da Agência. Sendo a decisão da Agência boa ou má, o mais importante é preservar a sua autonomia, porque a Agência é a garantia para o investidor de que ele terá alguém a quem recorrer quando tiver de ser decidida alguma coisa tecnicamente. A Agência decidiu, e o Ministro agora não quer aceitar essa decisão; busca embasamento, inclusive, se não me engano, numa lei da época do Regime Militar para modificar a decisão tomada – na época nem existia a Agência! Agora também, como V. Ex^a está dizendo, o Governo está se sobrepondo a uma decisão da ANP e a uma decisão do próprio Conselho Nacional de Política Energética!

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – V. Ex^a sabe, mais do que ninguém no Brasil, que essa decisão não implica nenhum investimento federal.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Não, nada.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – Nenhum compromisso da Petrobrás nem de ninguém de fazer algo. O que Pernambuco e Paraíba desejam é, simplesmente, serem disponibilizados na prateleira de um leilão.

Não é possível tanta insensibilidade! Se a nossa mercadoria não presta, cabe às empresas privadas e à própria Petrobras dizer “não quero”, mas que se deixe que ela vá a leilão. O que é inadmissível é que impeçam que se coloque isso na prateleira. Senador Heráclito Fortes, o que V. Ex^a acha?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – S. Ex^a não quer dar opinião porque o Piauí não está envolvido.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente Eduardo Suplicy, neste momento instala-se no Senado Federal a figura do aparte compulsório!

Participo com muita alegria dessa discussão. Eu estava prestando atenção às reclamações do Senador Roberto Cavalcanti, e acho que ele está coberto de razões. A Paraíba, desde aquela época em que o PT tratava americano com palavrão e dizia “fora ianques” – época, Senador Suplicy, em que começamos – tinha condições de produzir petróleo. Há um estudo da década de 40, começo da década de 50, que mostra que no Nordeste, em vários Estados, foi detectada a existência de petróleo. Foi deixada uma marca para que, no futuro, quando viesse uma crise de petróleo ou o consumo aumentasse, fosse possível reexaminar as antigas bacias. Isso também foi feito no Piauí. Este é o momento de se começar a explorar, afinal de contas, se tem alguém da iniciativa privada estimulando o leilão, é porque há perspectivas, e não se justifica, realmente, vetar a oferta. Mas é que o Governo tem dois pesos e duas medidas, Senador José Jorge. Para construir navios para a Transpetro, quer fazer estaleiros em cinco ou seis Estados – pelo menos está prometendo isso agora, em época de eleição. Aí pode ampliar, pode abrir o leque, pode horizontalizar. Na questão do petróleo, não. Acho que temos de explorar, até porque, em alguns desses poços, pode ser que não tenhamos petróleo, mas tenhamos pelo menos o gás. Já é uma alternativa. De forma que me solidarizo com a Paraíba e parabenizo este Estado, por ter mandado ao Senado o Senador Roberto Cavalcanti, que traz todos os dias, nesta Casa, temas do momento e de interesse do povo daquele Estado. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que, apesar de compulsório, foi brilhante.

Encerro o meu pronunciamento, exatamente lamentando duas coisas em relação ao Governo do Presidente Lula: primeiro, o aumento do desemprego, que espero ele comente no seu programa de televisão; e segundo, a atitude do Ministro do Trabalho, que, em vez de explicar as causas do aumento do desemprego, coloca a culpa no IBGE, responsável pela elaboração da pesquisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero protestar aqui contra o Senador José Jorge, pois invadiu as minhas inspirações da quinta-feira. Selecionei dois temas para tratar, e ele falou na minha

frente, sobre a questão do IBGE e do Ministério das Comunicações.

Mas, para falar do Governo do PT, não falta assunto. Se há um Governo que dá motivo, Senador Eduardo Suplicy, é esse do PT. Ainda bem que V. Ex^a é um dissidente e, por isso, está bem nas pesquisas em São Paulo. Parabéns!

Hoje pela manhã, em Juiz de Fora, o Ministro da Saúde aderiu a protestos. Os médicos residentes que estavam na inauguração do Centro de Atenção à Saúde da Universidade de Juiz de Fora reivindicavam aumento de salário, melhores condições de ensino e outras coisas. E o Ministro da Saúde tirou um apito do bolso, Senador Eduardo Suplicy – parecendo seus colegas da Câmara dos Deputados na época das reformas – e aderiu ao protesto.

O Ministro tem o direito de protestar num caso como esse, mas tinha o direito de apresentar solução, porque a caneta da solução desse problema está na mão dele. No entanto, o País todo teria aplaudido, Senador Roberto Cavalcanti, se o Ministro da Saúde protestasse contra os sanguessugas que proliferaram no seu Ministério, protestasse de uma maneira bem simples: demitindo os envolvidos. Qual nada! Ontem, numa solenidade em que se tratava do futuro das Santas Casas, quem o Presidente da República mandou? O ex-Secretário-Geral do Ministério, que é o sanguessuga segundo, o testa-de-ferro do ex-Ministro lá de Pernambuco. Como é o nome dele, Senador José Jorge?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – São tantos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Ministro que era um sanguessuga?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Há mais de um.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Ministro da Saúde.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Ah, Humberto Costa.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Humberto Costa.

Bom, pois ele saiu da Secretaria Executiva e foi para a de Assuntos Estratégicos do Ministério da Saúde. E foi escolhido, então, como representante do Presidente da República na solenidade de ontem.

Houve uma curiosidade de toda a imprensa, um mal-estar, e o Presidente, na última hora, trocou o seu representante – espero que por alguém melhor qualificado, ou que, pelo menos, não tenha tido envolvimento com os sanguessugas.

O Ministro da Saúde, Senador José Jorge, teria prestado um grande serviço ao País se, no momento do estouro do escândalo dos sanguessugas, tivesse

feito um protesto. Protestar ontem, numa solenidade de médicos, com apitação e não levar uma solução é lamentável, é deplorável e mostra a crise de autoridade por que passa o atual Governo.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Como é o nome do Ministro da Saúde? V. Ex^a sabe?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Suplicy, Presidente, como é o nome do Ministro da Saúde?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Vou dizer após o seu pronunciamento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Quero apenas saber o nome do Ministro da Saúde.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Só o nome para esclarecer.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Só o nome.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Se V. Ex^a não souber, pergunte à Assessoria, por favor.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agenor Álvares, está aqui. Não

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não entendi bem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agenor Álvares. Vai ver que é parente daquele que nos descobriu lá atrás.

Mas, Sr. Presidente, é lamentável que um Ministro de Estado vá a Juiz de Fora, representando o Presidente da República, representando o Governo do Brasil, e, num gesto impensado, adira ao apitação.

Daí por que, Senador Roberto Cavalcanti, não se pode esperar outro comportamento de aliado do PT, como o Sr. Bruno Maranhão, da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, que veio à Câmara dos Deputados para praticar aquela bagunça que praticou, sem nenhuma justificativa, depredando inclusive o bem público e o bem privado, como os caixas automáticos dos bancos ali instalados. E depois, o próprio advogado do PT e advogado do Incra fez força para tirá-lo da cadeia.

O Senador José Jorge trouxe um assunto da maior gravidade, que é exatamente a ameaça do Senador e hoje Ministro Hélio Costa de intervir na Anatel. Seria tão grave como se invadir as dependências de uma agência bancária sem ser assaltante ou qualquer patrimônio, sem ordem judicial para isso. As Agências são reguladas por lei, aprovadas pelo Congresso Nacional e servem exatamente para dar garantia ao investidor por meio desse processo de regulação.

Ora, qualquer investidor que queira colocar o seu capital em investimento dessa natureza pensa duas, três vezes, quando o Ministro, ao ter o interesse

contrariado, ameaça agir dessa maneira. E vai além, ameaça, inclusive, de intervenção.

Senador Suplicy, é uma verdadeira falta de noção do que seja um ato dessa natureza. E o paradoxal de tudo isso é que, ontem, a Líder do PT, desta tribuna, vangloriava-se de que o Governo do Presidente Lula deu mais lucro às grandes empresas do que o Governo passado; que os bancos do Governo atual ganharam mais do que os do Governo passado. Como se isso fosse uma grande obra de Governo. Penso até que um Governo que se preza, que se preocupa com a renda mínima, como é o caso de V. Ex^a, deveria acender a luz amarela para um caso dessa natureza.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Na semana passada, o Ministro Paulo Bernardo, nosso ex-Companheiro, Deputado, também deu uma declaração, dizendo que comeria todas as páginas de papel de declarações do PT contra...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – A favor.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Não, contra o aumento do lucro dos bancos. A declaração era contra. Se for comer a favor, vai comer um bocadinho; ele vai comer, durante uma semana, só papel. Então, na realidade, essa é uma situação grave, porque existem dezenas de declarações do PT, quando era da Oposição – não sei se há do Senador Suplicy –, protestando contra os lucros dos bancos. E, naquela época, o lucro dos bancos não era nem um terço do que ocorreu no Governo Lula. Realmente, o Governo Lula, como disse a Senadora Heloísa Helena, criou o chamado “bolsa-banqueiro”, que tem um valor, inclusive, bem mais alto do que o Bolsa-Família. Se o Ministro Paulo Bernardo for comer todo esse papel, ele vai terminar tendo uma indigestão. Na verdade, existem essas declarações, mas elas são do tempo em que o PT era da Oposição, e não de agora. Os lucros dos bancos aumentaram bastante. Não que alguém tenha algo em contrário. Eu mesmo não tenho nada contra lucro de banco, desde que seja em valores razoáveis e que o País tenha uma taxa de juros compatível com o crescimento da economia. Muito obrigado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem razão, e o Ministro Paulo Bernardo ficará muito mal se for cumprir essa palavra, porque há discursos, inclusive do próprio Presidente Lula – então candidato –, culpando o excessivo lucro dos banqueiros, exata-

mente algumas das mazelas que ocorriam no Brasil naquela época.

Dizia-se que o Brasil não avançava no social porque tudo o que arrecadava era para pagamento da dívida, e que se fosse examinado o lucro dos banqueiros, veríamos exatamente onde estava toda a causa das dificuldades por que o Brasil passava.

Quero fazer justiça ao Senador Eduardo Suplicy: não conheço nenhuma declaração dele contra lucro de bancos. Ele é paulista. Mas conheço declarações dele pedindo que parte dos lucros dos bancos – o que é muito justo – fosse empregada em seu programa de renda mínima. Isso é outra coisa completamente diferente, mas é um processo justo, não é verdade, meu caro Senador?

A grande vantagem do Senador Eduardo Suplicy, que preside a sessão neste momento, é que o que ele pensava há quatro, oito ou dez anos, ele continua pensando hoje.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre as inúmeras observações que V. Ex^a fez, estando eu na Presidência, quero esclarecer o seguinte: V. Ex^a disse que eu seria um dissidente do Governo. V. Ex^a sabe que sou um membro do Partido dos Trabalhadores que apóia o Governo do Presidente Lula e a reeleição do Presidente Lula. Posso, em alguns momentos, ter diferenças de opinião, que externo com toda sinceridade e amizade ao Presidente. Portanto, sou alguém que o apóia. Sobre o Ministro da Saúde, o seu nome completo é José Agenor Álvares da Silva. Com respeito à minha posição, relativamente aos bancos, tenho acompanhado com muita atenção o tema que hoje está sendo objeto de grande debate quanto aos lucros dos bancos e o grau de competição do sistema bancário brasileiro.

Precisamos encontrar meios de fazer com que o sistema financeiro brasileiro seja suficientemente competitivo. Avalio que hoje ele é mais competitivo que há algumas décadas. Hoje, há a presença de um número significativo de instituições financeiras, ainda que haja uma forma de oligopólio para parte do sistema financeiro brasileiro.

Porém, cabe tanto às autoridades monetárias, sobretudo ao Conselho de Política Monetária, quanto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, examinarem em que medida está havendo qualquer ação que caracterize uma concorrência indevida.

É preciso que tomemos passos para diminuir gradualmente a taxa de juros, inclusive a taxa de juros básica.

Foi com esse propósito que V. Ex^a soube, em junho último, que a matéria foi aprovada. E aqui estiveram, na Comissão de Assuntos Econômicos, por minha iniciativa, tanto o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, quanto todos os diretores do Conselho de Política Monetária.

Na ocasião, indagamos deles como raciocinam para decidir o aumento ou a diminuição da taxa de juros, porque avalio que se deve dar muita transparência à maneira como os membros do Copom tomam essas decisões. Felizmente, nos últimos meses, temos verificado uma diminuição gradual da taxa de juros Selic, mas ainda não num nível que possamos considerar satisfatório. Porém, acredito que haverá diminuição significativa da taxa de juros e com um sistema financeiro mais saudável.

Há algumas instituições do sistema financeiro brasileiro que acabaram tendo problemas muito sérios, como aqueles que fizeram operações incorretas. Por isso, acabaram sendo objeto de intervenção e até de liquidação, como ocorreu recentemente com a decisão das autoridades monetárias.

Mas quem está agora com a palavra é V. Ex^a. Como instou-me a responder a algumas indagações, resolvi atender-lhe.

Continue com a palavra, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É evidente que nós, aqui, descumprimos o Regimento, mas existe, no Direito, a figura do estado da necessidade. A necessidade da defesa do Governo de V. Ex^a foi tão grande que V. Ex^a, como obreiro, resolveu assumi-la, já que não há ninguém da sua Bancada – sendo hoje uma quinta-feira – presente.

Soube que há um bocado de gente nos ministérios tratando de fisiologia e de outros assuntos. Há temas como estradas do Sul, estradas de Santa Catarina, enfim, está todo mundo nos ministérios, usando o prestígio!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – E o Senador Sibá? Realmente, o Senador Sibá tem aqui, sozinho, procurado representar toda a Bancada do Governo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Senador Sibá tem recebido aulas de economia. Hoje, S. Ex^a está estudando commodities!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Queremos aprender com o Senador Sibá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Logo mais ele estará aqui.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Inclusive, há muitos Senadores aqui que não são candidatos a nada. O Senador Suplicy, que é candidato à reeleição em São Paulo, está aqui; sou candidato a Vice-Presidente e estou aqui; e, na Bancada do Governo, há uma série de Senadores que não é candidato a nada, como a Senadora Ideli, por exemplo. Teríamos muito prazer em que S. Ex^a estivesse aqui agora para discutir com V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a fala em seu nome ou coletivamente?

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Falo coletivamente, em nome da nossa Bancada. Faço um apelo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nunca discordamos na vida. Não vai ser agora!

Sr. Presidente, quando eu disse que V. Ex^a é um dissidente, eu apenas plagiei alguns Companheiros seus de Partido no passado.

Mas, antes, quero louvar sua assessoria, que foi muito competente em trazer ao plenário o nome do Ministro da Saúde enquanto falávamos. Espero que a minha assessoria faça o mesmo e traga, dos arquivos, a prova da dissidência.

Tenho certeza de que algumas das declarações contra V. Ex^a hoje podem servir até como trunfo, porque um dos que lhe chamavam de dissidente e que lhe pediam inclusive que deixasse o Partido era o então todo-poderoso José Dirceu.

Há também uma declaração do Genoino, de quando V. Ex^a quis assinar a CPI do Waldomiro e o PT não entendeu. Talvez, se tivessem feito a CPI naquele momento, os ladrões novos tivessem-se aquietado. O que aconteceu? Ninguém tomou providência e todo mundo viu que não acontecia nada, que havia sempre uma proteção. Realmente, foi o que aconteceu, haja vista a proteção dada a todos os membros do Partido envolvidos, os quais foram sistematicamente absolvidos na Câmara. O auge e a simbologia disso foi a dança da Deputada Ângela Guadagnin.

O PT, que combatia o Proer de Fernando Henrique, que é exatamente o que possibilita, hoje, à Líder do Partido se vangloriar dos lucros dos bancos, copiou, como copia tudo, e criou o Proer da corrupção. Fez um Proer para salvar as contas do PT, só que de maneira ilegal. Criaram um fundo e colocaram um administrador, o Senador José Jorge é testemunha. Em dinheiro atualizado, seriam 90 milhões e o Senador Sibá Machado, Líder do Governo, reconheceu oficialmente o débito do Partido.

De forma que eu gostaria de dizer a V. Ex^a que quem o classificou como dissidente não fui eu, foram os seus próprios companheiros de Partido. V. Ex^a tem

uma coisa que eles não têm: uma popularidade e um respeito consolidados em São Paulo.

Eu soube que V. Ex^a estava em um comício em que havia uns três ou quatro “mensaleiros” e que eles ficavam de cócoras, parecendo sapos. Andavam embaixo do palanque para não serem vistos. Quando não se abaixavam – estavam lá V. Ex^a, o outro candidato majoritário e o Presidente – os seguranças apertavam-nos para que não aparecerem na foto. Dizem que foi uma coisa altamente constrangedora. Não sei se a imprensa retrata tudo com muita precisão, mas para V. Ex^a, homem sério e honesto, que tem tradição e passado, subir num palanque, em São Paulo, cheio daqueles envolvidos, não é agradável. Não é agradável.

Eu soube que V. Ex^a, inclusive, recebeu um convite para participar de um comício, em Minas, com Newton Cardoso. Aposto como V. Ex^a não vai. Aposto! Isso eu aposto. A esse não vai.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Ele vai.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não vai. Vai ser, novamente, dissidente do PT.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Eu acredito que ele vá.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não vai. Não vai. Essa aposta está feita.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Pois eu vou apostar com V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ele não vai.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Está aceita a aposta. Eu acho que ele vai.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Não houve tal convite.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Olhe lá!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desculpem-me por essa descontração. Isso é a alegria de ver de volta, suspendendo um pouco a campanha, essa extraordinária figura que é o Senador Suplicy, o qual dá, aqui, uma demonstração de responsabilidade no trato da coisa pública e no exercício do seu mandato. S. Ex^a sabe do apreço que tenho por ele, embora estejamos em palanques diferentes, pela maneira correta com que se comporta no Senado. Ele veio ao mundo para mostrar que a tese é correta: para toda regra há uma exceção. Felizmente, a exceção é V. Ex^a.

Faço o meu registro e manifesto a minha estranheza pelo comportamento do Ministro da Saúde de praticar apitação em Juiz de Fora. Não é um bom exemplo. Governo deve mostrar compromisso com a ordem, a disciplina e, acima de tudo, com a autoridade. Fiquem certos V. Ex^{as} de que não vai dar em nada. Se não deu com os que assaltaram o cofre público,

que pecaram de maneira capital, imaginem com esse Ministro de que ninguém sabia o nome, cujo pecado é apenas pegar um inocente apito e azucrinar o ouvido dos presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, agradeço se puder fazer a gentileza de presidir a sessão, ou o Senador Roberto Cavalcanti, para que eu faça o meu pronunciamento.

O Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, eu vou tratar de diversos assuntos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de analisar uma decisão muito importante que foi divulgada no dia de hoje, relacionada à indústria da laranja e à produção dos citricultores brasileiros.

A má notícia é que as indústrias de suco de laranja aceitaram pagar indenização de R\$100 milhões ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica para se livrar de um processo por formação de cartel na aquisição de laranja dos produtores. Se o acordo for fechado, será a primeira vez na história da defesa da concorrência do País que um setor pagará para encerrar uma investigação dos órgãos públicos. Pelos termos do acordo, as indústrias se comprometerão ainda a acabar com a suposta prática de cartel, o que é considerado crime contra a ordem econômica, por impedir a competição. O fechamento do acordo ainda depende da concordância dos conselheiros do Cade.

A Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça enviou, ontem, ao Conselho um relatório das apurações feitas até agora e as sugestões do setor privado para o possível acordo. O pagamento da multa ou indenização, como o Cade prefere chamar, foi uma condição imposta pelas autoridades para negociar.

A investigação foi iniciada em 1999, com base em denúncia de citricultores, pois a Cargil, a Cutrale, a Citrosuco, a Coimbra, a Citrovita, a Montecitros, além da própria Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos (Abecitrus), estavam sendo acusadas pelos produtores de laranja de dividirem o mercado e fixarem os mesmos preços de compra da fruta **in natura**.

O valor de R\$100 milhões foi estabelecido há 15 dias. A posição da SDE e do Cade é sólida na direção de se manter esse valor de R\$100 milhões. “Como 85% dos recursos retornam para o setor produtivo na forma de financiamento aos pequenos e médios citricultores, a indústria vai aceitar” – disse ao jornal **O Estado de S. Paulo** o Presidente da Abecitrus, Sr. Ademerval Garcia, conforme informa a Agência Estado em matéria de Isabel Sobral.

O Relator do caso no Cade, Conselheiro Luís Fernando Rigato, vai, agora, estudar o processo e ouvir a opinião da Procuradoria-Geral do Cade e do Ministério Público Federal, para apresentar o seu parecer sobre a possibilidade de um acordo ou não ao plenário do Conselho. Os demais integrantes do Conselho terão de homologar a proposta para que ela possa valer. A expectativa dos empresários envolvidos é de que até setembro o assunto seja julgado.

Se for firmado o acordo, a intenção do Cade é destinar R\$85 milhões da indenização a projetos de pesquisa tecnológica e de desenvolvimento da produção de laranja, por meio de um fundo de defesa da citricultura. Em princípio, o Cade defende que esse fundo tenha a participação majoritária de citricultores em sua administração. Os R\$15 milhões restantes devem ser destinados a outros fundos de pesquisa e de desenvolvimento do setor, ainda a serem definidos.

Segundo Daniel Goldberg, titular da SDE, o Governo quer usar, sempre que possível, a cobrança de valores em troca da extinção de processos de investigação e assim tornar o sistema de defesa da concorrência mais eficiente. Entre 2000 e 2006, considerando todo o tipo de multa aplicada pelo Cade, o sistema recebeu apenas R\$31 milhões.

É muito importante que o Conselho de Desenvolvimento Econômico esteja atento a essa questão que tem sido acompanhada por inúmeros Senadores desta Casa, inclusive pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que promoveu inúmeras reuniões entre os produtores de suco de laranja, os agricultores e os citricultores. Mas é preciso que o Cade tenha a devida atenção para, de fato, ouvir as aspirações dos citricultores. Para se firmar qualquer entendimento é preciso ouvir efetivamente a opinião dos produtores de laranja.

A Associtrus, em comunicado de hoje, alerta os citricultores para a importância da seqüência das discussões sobre a implementação deste chamado consenso, Consecitrus, para a próxima safra, considerando que o bônus de US\$0,50 proposto pelas indústrias para esta safra para resolver os problemas do setor

produtivo, vai muito além de um reajuste imediato de 14% por uma safra.

A pressão das indústrias para que os citricultores prorroguem os seus contratos por dois ou mais anos, muitas vezes com preços inferiores aos US\$4, fará com que essa bonificação seja devolvida, já na próxima safra, para as processadoras. Em sete meses de negociações, a Associtrus sempre lutou para que os citricultores ganhassem, ao menos, o valor referente ao custo de produção que, em São Paulo, segundo a associação, chega a R\$15,00 por caixa de 40,8 quilos, e para que fosse implementado o Consecitrus como instrumento regulador dos preços aos produtores nas próximas safras.

A oportunidade que os produtores tinham em mãos era imperdível, assim foi considerada pela Associtrus, por conta das pressões sofridas pela indústria, pela Operação Fanta. A Operação Fanta foi aquela determinada pelos órgãos controladores e pela própria Polícia Federal e acabou achando evidência de procedimentos contrários à concorrência por parte das empresas produtoras de suco de laranja.

A Associtrus contesta o acordo feito entre a Federação de Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), o Governo e a indústria porque entendem que o reajuste proposto para esta safra não garantirá a sobrevivência do pequeno e médio produtor na citricultura. Diz o Presidente da Associtrus, Flávio Viegas, que em 15 anos de cartel, 15 mil citricultores foram expulsos do setor e, nos próximos anos, outros 10 mil serão expulsos e perderão o seu patrimônio.

Ora, a contestação da representatividade da Associtrus, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), como argumento para que a juíza Cristiane Pedrezoli, da 17ª Vara da Justiça Federal de Brasília, cassasse a liminar que ela mesma havia concedida há cerca de dez dias, será rebatida pela Associtrus.

Diz o Sr. Flávio Viegas que associações legalmente constituídas têm autoridade inata atribuída pela Constituição Federal para representar seus membros. A Associtrus possui 942 citricultores cadastrados e não apenas 50, como argumenta o Cade. “Teríamos mais de 2 mil associados se muitos deles não tivessem medo de oficializar a filiação, temendo represálias das indústrias”, diz Viegas.

O Cade sempre reconheceu a representatividade da Associtrus tanto que iniciou, por meio delas, negociações para a elaboração do Consecitrus. Técnicos do Cade e do SDE estiveram na sede da Associação, em Bebedouro, quando precisaram de declarações

de citricultores para as investigações de cartelização da indústria de suco.

Eu mesmo, Sr. Presidente Roberto Cavalcanti, fui um dos autores de requerimentos para que houvesse reuniões, inclusive no interior de São Paulo, como em Bebedouro, para que os membros do Cade ouvissem tanto os citricultores, os produtores de sucos e as próprias autoridades, como o Ministro Roberto Rodrigues, então da Agricultura, que foi, em mais de uma ocasião, a essas reuniões, ouvindo a todos.

A multa de R\$100 milhões proposta pelo Cade para que as investigações sejam encerradas e os documentos apreendidos na Operação Fanta sejam devolvidos às indústrias não significa nada diante dos mais de US\$6 bilhões que foram retirados dos citricultores em 15 anos de cartel, segundo a Associtrus.

A associação pede o apoio do produtor, por meio de fax, com o objetivo de demonstrar a insatisfação do setor produtivo com o reajuste de US\$4, que corresponde a R\$8,60 e não cobre nem o custo dos insumos, pois, segundo a Associtrus o custo, hoje, de produção de laranjas, chega a R\$15,00 por caixa de 40,8 quilos.

Espero, Sr. Presidente – graças aos esforços do ex-Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que se empenhou em promover o entendimento –, que se chegue efetivamente a um entendimento que leve, na devida conta, a opinião dos citricultores, tanto os de São Paulo como os da Região Nordeste, da Região Sul, da Região Centro-Oeste, enfim, todos os produtores de suco de laranja do País. Felizmente, o Brasil é hoje um dos maiores produtores de laranja e de suco de laranja no mundo. Somos grandes exportadores, mas é preciso que os órgãos responsáveis pelo abuso de concorrência no Brasil, como a Secretaria de Direito Econômico e o Cade, estejam atentos para ouvir o setor produtivo de laranjas.

Sr. Presidente, há outro assunto sobre o qual gostaria aqui de falar. Embora eu não tenha participado, hoje, da reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, na qual o Ministro de Relações Institucionais, Tarso Genro, expôs algumas metas a respeito do desenvolvimento econômico nos próximos 12 anos – S. Ex^a falou que o desenvolvimento econômico é necessariamente um processo de concertação nacional e propôs enunciados políticos e enunciados de modelo de desenvolvimento para discussão –, eu gostaria de levantar aqui alguns pontos e de fazer algumas considerações a respeito do que ali foi tratado.

Diz o documento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social:

Os trabalhos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), substanciados principalmente nas Cartas de Concertação e na Agenda Nacional de Desenvolvimento, demonstraram sua capacidade de interação e construção de consenso em torno do grande tema do desenvolvimento do Brasil. Os consensos elaborados pelo CDES apresentam princípios sobre os quais devemos construir o desenvolvimento e os objetivos estratégicos a serem alcançados pela sociedade brasileira, nos encorajando a dar novos passos. Diante disso, nos empenhamos na tarefa de elaborar propostas e diretrizes com pretensão de interferir num planejamento de Estado que conduza e coordene o desenvolvimento do País.

As condições para planejar estrategicamente os caminhos de médio e longo curso para o desenvolvimento do País foram estabelecidas nos últimos anos – inflação sob controle, superávits expressivos nas transações correntes, equilíbrio das contas públicas e bem-sucedidas metas sociais. O foco nas prioridades econômicas – ajustamento macroeconômico e a diminuição da vulnerabilidade externa – pode, a partir de agora, deslocar-se para a aceleração dos processos de distribuição das riquezas como imperativo para o crescimento sustentado do País. Esses são os pressupostos que estão na base da construção dos enunciados aqui apresentados.

Os enunciados receberam as contribuições de conselheiros e conselheiras do CDES, da Fundação Getúlio Vargas e de personalidades da área econômica e da gestão pública.

O formato escolhido para a apresentação dos enunciados tem a virtude da objetividade e da brevidade, embora tenha a limitação de não apresentar a fundamentação das propostas – que seguramente existem. Essa forma facilita o prosseguimento da elaboração e dos debates, que seguirão até a última reunião do Conselho deste ano.

A idéia é conduzir o debate através de um processo de aproximações sucessivas: iniciar cancelando os enunciados consensuais e apontando os que têm maioria; aqueles que não têm apoio significativo do CDES ficarão registrados como sugestões. Num segundo momento, serão arrolados os enunciados que podem dar base a uma concentração estrat-

tégica comprometida com o desenvolvimento, entendendo que a distribuição da renda é fator indispensável para o crescimento sustentado e a estabilidade econômica e social.

A respeito dos enunciados políticos, diz o documento:

A reforma política deve dar nova regulamentação às formas de manifestação da soberania popular expressas na Constituição Federal (plebiscito, referendo e iniciativa popular), conforme o Projeto de Lei nº 4.718/2004, proposto pelo Conselho Federal da OAB e pela CNBB, em tramitação no Congresso Nacional.

Priorizar a reorganização do sistema partidário e a qualificação dos processos eleitorais com base nos seguintes pontos: fidelidade partidária, financiamento público de campanha e votação ilícita, promovendo a valorização dos partidos políticos e o aprimoramento de sua vida interna.

A reforma política também buscará o aperfeiçoamento das formas de representação popular.

No que diz respeito a esses aspectos, sou inteiramente favorável ao fortalecimento da utilização do plebiscito, do referendo e das iniciativas populares. Sou, inclusive, ao lado de outros Senadores, autor de proposta para ampliar a atualização e regulamentar as iniciativas populares, o plebiscito e o referendo, à luz das sugestões que os professores Fábio Konder Comparato, Maria Vitória Benevides e outros fizeram a mim, ao Senador Pedro Simon e a muitos outros que encaminharam proposições nesse sentido.

No que tange aos pontos da reforma política e da fidelidade partidária, estou inteiramente de acordo em termos eleitos por um partido e permanecermos nele enquanto durar o nosso mandato.

Com respeito ao financeiro público de campanha, sou inteiramente favorável na medida em que ainda temos um sistema misto de financiamento público e de contribuições de pessoas físicas e pessoas jurídicas. Considero fundamental que venhamos a dar total transparência às formas de financiamento de nossas respectivas campanhas eleitorais.

Reitero que, até o início de setembro, procurarei dar total transparência a tudo aquilo que foi obtido para o financiamento da campanha, da qual sou o responsável como candidato ao Senado.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, Senador Heráclito Fortes, para dar a seguinte informação: as pessoas do Brasil inteiro, sobretudo as do Estado de São Paulo, que desejarem apoiar a minha campanha para o Senado poderão comparecer, no próximo dia 4 de setembro, segunda-feira, às 20h, no Tom Brasil, cujo proprietário, Paulo Amorim, teve a gentileza, a generosidade, por acreditar em meu trabalho, de oferecer um jantar. Qualquer pessoa que avalie que o meu trabalho está sendo positivo e que poderei continuar realizando-o no Senado nos próximos oito anos e desejar apoiar poderá contribuir. Há três valores diferentes: R\$50,00 (cinquenta reais), R\$100,00 (cem reais) ou R\$500,00 (quinhentos reais). Portanto, qualquer pessoa que queira comparecer ao jantar estará fazendo a devida contribuição, que ficará oficialmente registrada. Se, porventura, alguém desejar fazer uma contribuição ainda mais elevada, poderá eventualmente comprar até mais convites e convidar outras pessoas. Portanto, isso vai ocorrer no próximo dia 4 de setembro. Espero dar inteira transparência ao resultado dessa cooperação de todos.

Quanto à valorização dos partidos políticos, isso é muito importante. Mas aqui está citada a votação em lista. Observo aos meus companheiros de Partido e ao Ministro Tasso Genro que avalio que a questão de votação em lista precisa ser melhor considerada, pois acredito que, se for feita uma consulta ao povo hoje se preferem escolher diretamente seus parlamentares, sobretudo os deputados federais e estaduais e vereadores que seriam objeto de votação em lista, ou se preferem que seja a direção partidária e a convenção que definam a ordem dos parlamentares na lista, tenho a impressão de que os eleitores vão preferir escolher, eles próprios, quais estarão no Parlamento, representando-os.

Mas uma possibilidade, se se quiser fazer a votação em lista, é que, então, todos os filiados de cada partido sejam antes convidados para, eles próprios – senão apenas os filiados, mas quem sabe até a população –, definirem primeiro qual é a ordem dos candidatos numa lista; algo nessa direção. Portanto, essa é uma idéia que avalio deva ainda ser aperfeiçoada.

No que diz respeito aos enunciados do modelo de desenvolvimento, diz o documento do Ministro Tarso Genro:

1) Ter como meta o crescimento médio do PIB real em torno de 6% ao ano até 2022, resultando na duplicação do PIB **per capita**. Os instrumentos fiscais – receitas e gastos públicos – e os monetários – crédito

e taxas de juros – devem ser ajustados para permitir a combinação de baixa inflação e alto crescimento econômico, como demonstram ser possíveis os momentos históricos vividos por países hoje desenvolvidos, como Estados Unidos, Alemanha, Japão, Canadá, Espanha, dentre outros.

Ressalto que o próprio Brasil, sobretudo do período pós-guerra até 1980, teve um período de crescimento com taxas em média superiores a 7%, havendo períodos, como no início dos anos 70, em que crescemos a taxas de 10% a 14% ao ano. Então, crescer a 6% ao ano nos próximos 12 anos deve ser considerada uma meta perfeitamente atingível, de preferência, crescendo mais do que 6% ao ano, a exemplo do que tem ocorrido com a própria Argentina, país vizinho ao nosso, nesses últimos dois, três anos, bem como nos países que também estão em fase de desenvolvimento, como a China e o Japão, já por mais de uma década.

2) Promover a redução das desigualdades na sociedade brasileira. Adotar a equidade como critério a presidir toda e qualquer decisão dos poderes públicos, de modo a garantir que o Coeficiente de Gini, atualmente mensurado em 0,569 (2004), seja reduzido para 0,400, em 2022, aproximando o Brasil da mediana atual dos países classificados pelo Pnud. Para isso [diz o documento do Ministro Tarso Genro], o ritmo de redução da desigualdade deve ser acelerado e a parcela da renda nacional apropriada pelos 20% mais pobres deve dobrar no período. Para a fixação de metas de curto prazo deverão ser adicionados a esse índice um conjunto de indicadores que relacionem o comportamento da renda dos 50% mais pobres com a dos 10% mais ricos e com a dos 1% mais ricos; relacionem a média e a mediana das distribuições de rendimentos e, no combate à pobreza, verifiquem especificamente o comportamento da renda dos 50% mais pobres.

Segue-se uma lista de iniciativas que seriam consideradas importantes.

Contribuem para o alcance desta meta as previsões de crescimento da economia (em torno de 6% ao ano); de aumento do nível de emprego; de priorização absoluta da educação; do aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde (SUS); de valorização do salário mínimo; de reforma do sistema tributário; de

priorização de investimentos em infra-estrutura com alta taxa de retorno social; de políticas ativas para redução da desigualdade regional e intra-regional; e do reforço dos programas de transferência direta de renda.

A ação de redução das desigualdades regionais brasileiras será medida pela renda média domiciliar. A diferença entre a renda domiciliar média mensal da unidade da federação mais rica e a daquela mais pobre se reduzirá dos padrões atuais (cerca de 5 vezes, conforme o Censo de 2000), para 4 vezes em dez anos, e para 3 vezes em 20 anos (o que representará uma redução global da ordem de 25% entre a unidade mais rica e a mais pobre em 20 anos). De forma semelhante, na escala sub-regional, deverão ser fixados indicadores de redução das desigualdades, focalizando as múltiplas escalas de dimensão das desigualdades no País.

Aqui, Senador Heráclito Fortes, há um comentário sobre aqueles diversos itens. Vejo que V. Ex^a deseja um aparte, mas avalio que ele poderá ter maior relevância, se me for permitido fazer uma leitura sobre esses itens importantes. Lembro que estou referindo-me ao documento que o Ministro Tarso Genro hoje expôs ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, composto de inúmeros representantes: dos mais diversos segmentos empresariais, de trabalhadores, de organizações não-governamentais, de entidades de classe, de entidades religiosas, entre outros.

Comentarei alguns desses pontos, mas, em especial, a ausência de um ponto fundamental e externarei aqui uma sugestão sincera ao Ministro Tarso Genro, que não levou em consideração algo de grande relevância, na minha avaliação, referente aos programas de transferência de renda, porque não considerou algo que já é lei aprovada pelo Congresso Nacional. Refiro-me à renda básica de cidadania. Mas chegarei a esse ponto em breve.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, como V. Ex^a falou sobre reforma política, proponho apartear V. Ex^a sobre a reforma, para não se misturarem os temas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pois não. Depois, vamos às questões econômicas e sociais. Como mencionei a reforma política, não há dúvida de que é pertinente a sua observação.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Financiamento de campanha, que, na realidade, o PT queria

durante todo esse tempo em que se discutiu reforma política: todas as vezes em que participei de reuniões, a questão maior era a do financiamento público. Quero dizer a V. Ex^a que até concordo, mas só trabalharei e só votarei a favor do financiamento de campanha, depois que conseguirmos atingir o objetivo de V. Ex^a, que é a renda mínima. Como vamos justificar à Nação brasileira, com a classe política desgastada como está hoje, que não temos recursos para matar a fome do brasileiro, e os temos para financiar campanha? E aí o imaginário popular permite que cada um pense como queira. Penso que haverá o momento de introduzir na regra do jogo político brasileiro o financiamento de campanha, mas não com o povo passando fome. Concordo inteiramente com V. Ex^a. A lista é outro ponto com que me preocupo. E me preocupo com o futuro de V. Ex^a, que é um líder de base, mas não de partido. De repente, com toda a sua força popular, V. Ex^a pode ser tragado pela ditadura da cúpula partidária. Então, passarão a existir neste País bancadas que serão escolhidas por quem tem o comando partidário, e não necessariamente será escolhido aquele que melhor interpreta o pensamento popular. Isso, para ditadores, é uma beleza. Escolhe-se a lista... E a ditadura partidária existe, V. Ex^a sabe melhor que ninguém. A fidelidade partidária é relativa. Acho que não deve haver fidelidade partidária: cada um vai para aonde quer. A fidelidade tem de ser do mandato. Ora, se alguém se elege pelo PT, pelo PFL, usando a legenda e a estrutura partidária, o mandato não lhe pertence, até porque há a figura da legenda, ou, mesmo que não houvesse, o mandato é do partido: quem sai perde o mandato, e assume o suplente. Senador Suplicy, se adotarmos no Brasil essa prática, vamos livrar-nos de alguns vexames que aconteceram, no último mandato, quando o Partido dos Trabalhadores promoveu verdadeiro leilão de troca partidária – V. Ex^a sabe disso –, o que foi exatamente o útero que gerou o mensalão. Se examinarmos a migração partidária nos últimos quatro anos, será bem mais fácil observar o que digo. Imagine a Nação, os que nos estão ouvindo: a partir de agora, o mandato é do partido. Quem quer renunciar, quem não pode mais conviver com aquela sigla, por questões ideológicas ou seja lá por que motivo for, sai, mas perde o mandato. Isso acaba com cem por cento da confusão. Concordo com os articulistas em que não é possível mais conviver com esse troca-troca partidário. Há casos de Parlamentares na Câmara dos Deputados, Senador Eduardo Suplicy, que trocaram de partido cinco vezes neste mandato. Trocavam de partido, para definir votações. É uma coisa vergonhosa! Agora, V. Ex^a quer uma prova cristalina de caixa dois em campanha? Pegue as contas – é melhor olharmos

o exemplo de casa, o do seu Partido – dos candidatos de 2002 e dos que estão disputando mandato agora. Há candidato em São Paulo, que se elegeu para cargo majoritário, gastando R\$2 milhões e que agora coloca a campanha em R\$30 milhões.

Por que isso? Tenho no Piauí um exemplo que cito muito, do presidente do Partido, Deputado João de Deus, que se elegeu deputado estadual gastando R\$26 mil. Acho que andou de jumento, porque não conseguiu gasolina – uma coisa inaceitável –, não tinha camiseta, não tinha nada. Agora, na primeira prestação de contas, já gastou três vezes mais. Na campanha de 2002, gastou R\$26 mil; a de agora está orçada em R\$300 mil ou R\$400 mil. Aí é a prova do caixa dois. Mas o que pegou o PT não foi o caixa dois eleitoral, o caixa dois de campanha, aquele para o qual todo mundo fechava os olhos; foi aquela arrecadação pós-eleição da qual ninguém sabe o destino. Era um caixa que estavam montando talvez para alimentar esse projeto, só agora revelado, do Ministro Tarso Genro de continuidade no poder até 2022. Esta semana eu ouvi o Senador Sibá Machado falar aqui sobre esse projeto de 2022 e pensava que era a comemoração do Centenário da Semana de Arte Moderna – o que seria um grande feito. Mas, não, é a tentativa do atual Governo de se projetar no poder até 2022. Acho que poder se conquista por voto e voto se decide a cada quatro anos. Penso que para o exercício da imaginação isso funciona. Mas não quero atrapalhá-lo, quero discutir um pouco as reformas administrativas. V. Ex^a já citou cinco ou seis delas. Queria perguntar somente o seguinte: por que Tarso Genro lança tudo isso em véspera de eleição e não presta conta das reformas que estão aqui e que eram do programa de governo inicial do Lula e que não avançaram em nada? Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Senador Heráclito Fortes, com respeito à reforma política, estou inteiramente de acordo com V. Ex^a no que se refere à importância da fidelidade partidária. Uma vez eleito para um mandato – por qualquer Partido que seja –, sendo candidato pelo Partido dos Trabalhadores, utilizando toda a estrutura, estando de acordo com o programa do Partido dos Trabalhadores, é mais do que razoável, de bom senso e justo que meu mandato seja sempre exercido como membro do Partido dos Trabalhadores. Se eu, como Deputado, como Senador, deixasse o Partido, seria bom senso que, então, deixasse de ser Senador ou Deputado, porque se trata de uma representação do Partido.

No que diz respeito à questão da lista...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Vou pedir a V. Ex^a, Senador Roberto Cavalcanti, a gentileza de liberar meu tempo. V. Ex^a pôde fazer sua exposição à vontade hoje, pelo tempo que considerou necessário. Então, que eu possa também fazer o mesmo agora! Isso seria razoável. Se houver algum Senador para falar, vou respeitar isso.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – É um privilégio ouvir V. Ex^a. Eu só queria comunicar que V. Ex^a está falando há quarenta minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Então, vou falar um pouco mais, porque ainda tenho bastante por dizer, ainda mais diante das reflexões do Senador Heráclito Fortes.

Pois bem, considero, Senador Heráclito Fortes, que, se hoje perguntarmos ao eleitor brasileiro se prefere que a definição de seus representantes, numa Câmara Municipal, na Assembléia Legislativa, no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados, seja efetuada por lista escolhida pela direção do Partido ou pela convenção ou se prefere ele mesmo escolher seu Deputado, seu Vereador, os eleitores, em larga maioria, preferirão, se forem consultados, escolher aquela pessoa que vai representá-lo. Portanto, se for para definir uma lista, Senador Heráclito Fortes, que ela seja escolhida pelo povo! É preciso combinar.

O Senador Roberto Requião chegou a propor aqui uma combinação tal como no sistema da Bélgica, que é misto, em que se assegura ao eleitor a escolha direta também do seu representante. Portanto, tenho afinidade com seu ponto de vista.

Como o Presidente Roberto Cavalcanti me deu menos tempo, quero pelo menos assinalar um aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – O tempo de V. Ex^a está liberado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Obrigado, Sr. Presidente.

Quero assinalar alguns pontos de concordância, primeiro no que diz respeito ao fortalecimento das oportunidades de educação.

Diz o documento:

3) A educação é estratégica para a transição para um novo modelo de desenvolvimento do país, a partir de uma visão sistêmica do processo educacional, tendo como objetivos centrais: ampliar a oferta de alfabetização para jovens e adultos, articulada com o ensino básico e a educação profissional, tendo como meta a erradicação do analfabetismo estru-

tural; garantir a universalização do acesso e conclusão da educação básica, alcançando padrões internacionais de qualidade, através da valorização e formação inicial e continuada dos professores; ampliar e consolidar a rede de educação tecnológica, oferecendo programas para a inclusão educacional para jovens e adultos, com iniciação profissional e elevação da escolaridade, ampliando o ensino médio integrado e tendo como meta a universalização do ensino médio em um prazo de cinco anos; consolidar a ampliação da rede federal de instituições federais de educação superior, garantindo marco legal para a expansão com qualidade do setor privado, tendo como meta atingir 30% dos jovens brasileiros cursando o ensino superior (sendo 40% das matrículas em instituições públicas); impulsionar a evolução de todo o sistema nacional de Pós-graduação. O alcance desses objetivos prioritários requer a expansão do investimento em educação para uma participação em torno de 6% do PIB.

Sobre essas metas e esses planos, estou de acordo, podendo haver detalhes, mas completamente de acordo, podendo até aperfeiçoar isso.

Continua o documento:

4) Aperfeiçoar o Sistema Único de Saúde (SUS), com definição clara das responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios e a ampliação do investimento público em saúde nas três esferas de poder. A meta de investimento é passar dos atuais 3,2% para 4,5% do PIB até 2011.

Também estou inteiramente de acordo com isso.

(...) Esses recursos devem tornar possível a expansão e melhoria da qualidade dos serviços, em especial a universalização da atenção farmacêutica, a ampliação da lista de medicamentos essenciais e a ampliação da cobertura do Programa Saúde da Família.

Aqui se fala também da valorização do salário mínimo, dos instrumentos de política industrial e tecnológica, de as metas de inflação serem diminuídas gradualmente e de fazer o spread expressar o risco Brasil de forma realista.

(...)O Banco Central deve flexibilizar seletiva e progressivamente os depósitos compulsórios e as operações de redesconto, as-

sociando essas medidas a metas de redução do **spread**. Os bancos públicos devem cobrar um **spread** máximo de 15% ao ano, estimulando a concorrência no setor” [com o que estou de acordo].

9) O crescimento econômico, impulsionado pelas políticas governamentais, aliado à progressiva redução da taxa de juros, de gastos por meio da melhoria da gestão pública e da sonegação e da informalidade abre espaço para a necessária diminuição da carga fiscal – de responsabilidade da União, estados e municípios – para um patamar em torno de 33% no prazo máximo de cinco anos, resultado de uma reforma tributária que incrementalmente a tributação direta, reduza a tributação indireta por meio de consenso com estados e municípios.

Assegurar condições necessárias para que os Estados pratiquem uma política tributária que respeite os princípios de neutralidade e justiça social. Para isso a reforma tributária deve isentar de ICMS os alimentos e remédios e implementar o princípio do destino para o ICMS pela eliminação gradual do imposto interestadual como forma de acabar com a guerra fiscal e as fraudes.

Com isso, estou de acordo.

Aqui, também, a expansão do mercado interno e externo.

11) Atingir uma taxa de formação bruta do capital de, pelo menos, 25% do PIB ao ano. (...)

12) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – aplicará nos próximos dez anos recursos no valor de R\$650 bilhões para financiar projetos industriais e de infra-estrutura [inclusive com atenção para as regiões menos desenvolvidas].

13) O Conglomerado do Banco do Brasil, com recursos próprios, será um agente estratégico. (...)

14) Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) deve alterar o patamar competitivo da indústria rumo à inovação e diferenciação de produtos. (...)

15) Aumentar a participação do gasto em Ciência e Tecnologia. (...)

16) A política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e a Política Industrial devem contemplar a política nacional de saúde como

área estratégica para o desenvolvimento nacional. (...)

17) Fortalecer e consolidar a política de comércio exterior. (...).

E vêm os capítulos de infra-estrutura econômica, infra-estrutura urbana e social:

22) A Reforma Agrária é condição para a Democracia. A distinção entre terra de trabalho e terra de negócio deve ser o principal critério para a desapropriação e redistribuição de terras, respeitando os diferentes modos de produção dos povos originários e quilombolas.

Ênfase na reforma agrária. A segurança pública e o sistema judiciário também são tópicos importantes. Daí o “Sistema Judiciário e a Concertação Nacional” e a “Governança Estratégica”.

E conclui o documento sem fazer referência direta, a não ser daquela maneira geral que, de início, eu havia mencionado, quando fala do reforço dos programas de transferência direta de renda.

Senador Heráclito Fortes, Presidente Roberto Cavalcanti, da maneira mais sincera e construtiva, recordo ao Ministro Tarso Genro que, hoje, está em vigência o Programa Bolsa-Família, que presentemente atinge 11 milhões e 135 mil famílias, segundo os últimos dados de que tenho conhecimento. Isso significa que mais de 44 milhões de famílias no Brasil hoje recebem um complemento de renda, com algumas condicionalidades, tais como ter renda **per capita** familiar até R\$120,00 por mês. O benefício para as que recebem até R\$60,00 **per capita** por mês é de R\$50,00, mais R\$15,00, R\$30,00 ou R\$45,00, variando de R\$15,00 a R\$95,00. Se a família estiver no intervalo de renda **per capita** de R\$60,00 a R\$120,00, então, o benefício é apenas de R\$15,00, R\$30,00 ou R\$45,00, dependendo se a família tem uma, duas, três crianças ou mais.

Há exigências. A família precisa demonstrar que as crianças até 6 anos estão sendo vacinadas de acordo com o calendário do Ministério da Saúde; as mães gestantes precisam ter o seu grau de saúde acompanhado nos postos de saúde. E, para as crianças de 7 anos a 15 anos e 11 meses, as famílias devem demonstrar que estão freqüentando 85% das aulas por menos.

Pois bem, essa proposição, a lei que institui o Programa Bolsa-Família, Senador Heráclito Fortes, Presidente Roberto Cavalcanti, foi aprovada por todos os partidos – todos os Senadores e Deputados. Trata-se de uma lei consensual. E ela é aplicada, consensual-

mente, hoje, no Brasil, por todos os 5.564 Municípios, administrados por praticamente todos os partidos, pelo menos aqueles que têm prefeitos e representação no Congresso Nacional. Então, trata-se de algo que tem o mérito de toda a sociedade, com toda a representação partidária.

Saliento, contudo, que não está sendo considerado aquilo que também já foi aprovado pelo Congresso Nacional – pelo Senado Federal, unanimemente, em dezembro de 2002, e pela Câmara dos Deputados, quase unanimemente, em dezembro de 2003 –, e que foi sancionado pelo Presidente Lula em 8 de janeiro de 2004. Refiro-me à Lei nº 10.835, que diz que será implantada no Brasil, por etapas, começando pelos mais necessitados, com o faz o Programa Bolsa-Família, a Renda Básica de Cidadania. Trata-se do direito de toda e qualquer pessoa, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo sócio-econômica, de receber – inclusive V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes – uma modesta renda como um direito à cidadania; o direito de sermos brasileiros ou brasileiras, que a ninguém será negado.

Mas por que razão até nós, aqui, vamos receber? Porque, obviamente, os que têm mais recursos iremos, todos, contribuir para que nós próprios e todos venhamos a receber. E quais as grandes vantagens desse mecanismo? Eliminar toda e qualquer burocracia envolvida em se ter de saber quanto cada um ganha no mercado formal e informal; eliminar qualquer sentimento de estigma de a pessoa precisar dizer que recebe apenas tanto, merecendo tal complemento de renda; eliminar os fenômenos de dependência, que acabam causando as chamadas armadilhas do desemprego e da pobreza. Vamos, ainda, avançar muito mais, porque, do ponto de vista da dignidade e da liberdade do ser humano, será muito melhor para cada pessoa saber previamente que, nos próximos doze meses e a cada ano, cada um de nós vai partilhar da riqueza da Nação e receber essa renda mínima, essa Renda Básica de Cidadania. Não como uma caridade, mas como um direito da pessoa de partilhar da riqueza da Nação.

Portanto, isso é algo que já foi aprovado pelo Congresso Nacional, e espero que o Presidente Lula venha, uma vez eleito, a considerar isso, assim como o Ministro das Relações Institucionais.

Senador Heráclito Fortes, tenho feito palestras sobre esse tema nas universidades. Hoje, fiz uma, por convite da Missão Criança, aqui, em Brasília; ontem, na Universidade Metodista de Santa Bárbara d’Oeste; de manhã, na Associação Comercial e Industrial de Campinas. Tenho feito cinco, seis, sete, oito, dez, doze palestras por semana sobre esses temas. Em todos os

auditórios, seja de trabalhadores, de empresários, de movimentos sociais, quando explico toda a origem, os fundamentos, as vantagens e desvantagens da Renda Básica de Cidadania, observo que todas as resistências acabam. As pessoas a consideram de bom senso e percebem como essa proposição vai dar resultados muito significativos no sentido de alcançarmos as metas de erradicação da pobreza absoluta, de atingirmos um grau de equidade e um grau de solidariedade na sociedade brasileira que vai significar um avanço muito importante.

Quero contribuir, portanto, para que avancemos na direção de fazer do Brasil uma sociedade a mais justa possível, solidária. E será exatamente na medida em que avançarmos nessa direção mais rapidamente que conseguiremos diminuir o grau de criminalidade tão intenso que temos vivido – os assaltos, os roubos, os seqüestros que estão preocupando tantos de nós, inclusive a sociedade em São Paulo, a sociedade paulista. O crime organizado nasce, em grande parte, porque tantas crianças, tantos jovens neste País – por vezes, por falta de alternativas – seguem pelos caminhos dos falcões ou daquelas pessoas que se tornam aviõezinhos do narcotráfico e de outros grupos do crime organizado por falta de alternativas de sobrevivência digna.

Quero ainda ressaltar que a experiência demonstra que, onde foi instituída a Renda Básica de Cidadania, ela é consistente com o crescimento estável da economia e a proximidade do pleno emprego.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, com muita honra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Evidentemente, V. Ex^a participou dessa solenidade comandada pelo Ministro Tarso Genro, já que a base do Governo esteve toda presente. Imagino que tenha sido um ato solene, com a presença inclusive daqueles Ministros cujos nomes não sabemos, todos estavam lá. O Ministro Tarso Genro seria muito mais honesto com a Nação se, antes de mostrar o que pretender fazer até o ano 2022, mostrasse à Nação brasileira o que foi feito nestes três anos e meio, ou seja, por que o País parou, por que as estradas continuam esburacadas, por que os vinte presídios de segurança máxima prometidos não foram feitos, por que o combate à corrupção no Governo, prometido pelo próprio Presidente da República, não foi colocado em prática. É muito simples, depois de quatro anos, Senador Eduardo Suplicy, simplesmente anunciar promessas à Nação relativas ao que vai ser feito nos próximos quatro, dez ou vinte anos sem a responsabilidade de mostrar o que foi feito agora. Aliás, digo isso porque, ontem – repito aqui porque achei

grave –, a sua Líder, aquela que lhe derrotou para a Liderança na Casa, fez uma apologia aos lucros dos bancos e das empresas multinacionais. Citou, inclusive, que no atual Governo os banqueiros lucraram mais do que no Governo passado, e as empresas tiveram mais lucros do que nos oito anos que o antecederam, como se o objetivo do Governo do PT fosse esse, como se aquela pregação do Presidente Lula para romper com os grilhões do conservadorismo brasileiro e fazer com que a política social realmente fosse atendida estivesse sendo jogada na cesta de lixo. Aliás, o Presidente Lula, que prometeu uma política social aguerrida e culpava o compromisso dos governos anteriores com o capital internacional pelo fato de não se atender ao social, deu a sua primeira prova de que algo mudaria quando comprou, pagando adiantado, um avião de R\$168 milhões. É uma simbologia. Avião, todo governo compra; mas, pagamento adiantado, eu desafio que seja mostrado. V. Ex^a sabe, pois é um economista e lê: compra-se um avião hoje pagando em dez, vinte ou trinta anos. Além disso, o avião veio com defeito e teve de ser reparado. Mas não é essa a questão. O Sr. Tarso Genro deveria ter o cuidado de mostrar, por exemplo, aos aposentados brasileiros que o Governo mentiu quando alegou que não daria o percentual aprovado nesta Casa por falta de recursos.

Tanto é mentirosa a informação, que agora mesmo estava anunciando, numa manobra eleitoral, a antecipação da segunda parte do 13º salário para os servidores brasileiros – aí o dinheiro aparece! De dinheiro o cofre está abarrotado, até porque está tudo contingenciado, o Governo não tem obras. O Governo prometeu a refinaria de Pernambuco em acordo com a Venezuela, lançou a propaganda na televisão, mas está lá só o terreno. Os metrô de Fortaleza, Recife e Salvador não existem. Quanto à Hidrelétrica de Tucuruí, que anuncia como obra sua, é bom lembrar que o Governo fez apenas uma das 22 turbinas ali existentes. A Transnordestina está no papel. E há algo mais grave: das PPPs anunciadas em prosa e verso, o atual Governo não conseguiu realizar uma sequer. Sabe por quê? Pela falta de confiança do investidor externo. O investidor, Senador Suplicy, está vindo para cá aos borbotões, mas para quê? Para especular na Bolsa, porque sabe que o Brasil, ao contrário do que o atual Governo prometia, paga hoje os melhores juros do mundo entre os países que não estão em guerra, entre os que têm estabilidade. Mas não foi isso que se prometeu. Como se não fosse pouco, vem o Ministro das Comunicações e diz que vai romper com decisões da Anatel relativas à esfera das comunicações.

Qual é o investidor estrangeiro que vem para o Brasil fazer investimentos a longo prazo? Não vem não. Ele faz o “investimento-motel”: coloca dinheiro aqui, mas, na hora em que baixar a taxa, ele o puxa através de cabos da tecnologia e vai procurar outra praça para o seu investimento. Parabenizo V. Ex^a, que é um homem de boa-fé, é um dissidente. Volto a repetir: graças a Deus V. Ex^a é um dissidente dentro de seu partido, é um homem benquisto, é um homem que tem postura e mostrou pelo menos algumas falhas no que diz o Sr. Tasso Genro. Aliás, para sentirmos que o que o Sr. Tasso Genro diz não merece muita credibilidade, não precisamos ir longe: a sua filha mudou de partido porque não acredita nem no partido dele nem no que promete e hoje é uma militante do P-SOL – está percorrendo o Brasil ao lado da Senadora Heloísa Helena. Senador Eduardo Suplicy, são muito bonitas essas reuniões: só faltou tratar-se da questão da Constituinte que o Presidente Lula chegou a anunciar – aliás, um desrespeito ao Congresso Nacional, esse, sim, a origem e a razão de ser de uma Assembléia Nacional Constituinte. Numa reunião com a Ordem dos Advogados do Brasil, anunciou o desejo de uma Assembléia Nacional Constituinte e depois disse que foi um pedido da Ordem dos Advogados; foi preciso a Ordem dos Advogados desmentir. Mas a intenção é copiar quem? Copiar o modelo da Venezuela e o da Bolívia. No momento, são os dois países do mundo, Sr. Presidente, em que está instalada uma Assembléia Constituinte. Aliás, na Venezuela já acabou e, no final, o que deu? Endurecimento, um regime ditatorial, sem oposição, o Congresso castrado, as liberdades castradas, e o Presidente a fazer bravatas no mundo inteiro enquanto os indicadores sociais continuam os mesmos.

Na Bolívia, o Sr. Evo Morales, dia após dia, humilha o brasileiro, expulsa as indústrias que estavam lá, mandou o Exército invadir as dependências da Petrobras e rompeu unilateralmente o contrato para fornecimento de gás que havia firmado com o Brasil. Aliás, foi aqui anunciado esta semana pelo Líder que vão continuar investindo lá, e eu disse que entraria com uma ação popular – aquelas coisas que os petistas faziam muito no passado, quando eram oposição; agora vou viver um pouco esse período. Investimento na Bolívia, meu caro Senador, com a situação de insegurança política que estamos vivendo? Pegar o dinheiro brasileiro e fazer esse investimento é caso de cadeia, é caso de polícia, é insensatez. Como sei que V. Ex^a é independente e coerente, vai me ajudar e subscrever essa ação popular. Agora...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/ PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, agora preciso responder...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a vai responder, mas eu queria antes que V. Ex^a me satisfizesse uma curiosidade: V. Ex^a participou do jantar do Presidente Lula ontem com os empresários do Brasil inteiro? Se participou, gostaria de lhe pedir que retratasse como foi esse encontro e o que se tratou de interesse nacional. Gostaria de saber se nesse encontro foram, única e exclusivamente, tratados assuntos republicanos. Mas eu queria pedir...

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/ PT – SP) – Permita, então...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Gostaria apenas que V. Ex^a, se pudesse, lesse e fizesse chegar algo às mãos do Sr. Tarso Genro, a quem não tenho acesso. Um ex-aliado de V. Ex^a, muito prestigiado, tem no *blog* de sua autoria hoje um artigo chamado “Réquiem moral aos que representavam a cena da ética.” Sabe quem é o autor? Roberto Jefferson. Seria bom que o Tarso Genro, antes de dar lição de futuro para o País, lesse um pouco o que está escrito aqui por um ex-aliado dele – seu não é, porque V. Ex^a não é aliado dele. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, em primeiro lugar, V. Ex^a está perfeitamente consciente de que a população brasileira, os eleitores brasileiros têm feito, por intermédio das pesquisas de opinião, como as últimas publicadas pelo Ibope e o DataFolha, ainda hoje, uma avaliação significativamente positiva do Governo do Presidente Lula, dando a ele uma vantagem significativa em relação aos seus adversários.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Emílio Garrastazu Médici teve 80% de aprovação da população brasileira em pesquisa, Senador Suplicy. Vamos ter cuidado com as pesquisas. Emílio Garrastazu Médici teve 80%.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Faltam 39 dias para o nosso 1º de outubro e, felizmente, todos nós estamos tendo a oportunidade de bem ouvir os candidatos à Presidência da República, ao Senado, a Deputado Federal e Estadual.

Sejam bem-vindos os que visitam o Senado Federal, mas escutem mais um minutinho.

Peço a atenção dos visitantes, porque, como ouviram o Senador Heráclito Fortes, não é justo que o guia, que os está levando, diga-lhes para não ouvirem as considerações que irei fazer. Então, é preciso que ouçam os dois lados. Quero que o Senador Heráclito Fortes e os nossos visitantes estejam cientes de que...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, minha preocupação é a de que eles devem estar numa excursão. Eles podem ter horário em outra programação, podem precisar pegar ônibus ou avião. No entanto, o prazer é que estejam aqui realmente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Eles atenderam ao meu convite. Então, quero ser eficiente e rápido.

Por que o Presidente Lula está bem nas pesquisas de opinião em relação aos adversários? Porque há pontos muito positivos em seu mandato.

Em relação ao que acontecia nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso, é importante ressaltar que a taxa média de crescimento econômico dos últimos quatro anos foi superior a dos oito anos anteriores – ainda que não tenha sido, em média, 6% ao ano, como o Ministro Tarso Genro está propondo que aconteça nos próximos 12 anos, por uma concentração de todos nós, qualquer que seja o Governo, de qualquer Partido que seja.

No que diz respeito à taxa de risco e à expectativa de investidores estrangeiros, ela atingiu um recorde de mais de 2.400 pontos e, agora, alcançou pouco mais de 200 pontos, a menor taxa de risco dos últimos anos.

A taxa de inflação, que, de 2002 para 2003, tinha chegado a mais de 12% ou 14%, em 2006, está em torno de 4%, 5%.

É uma das menores taxas alcançadas pelo Brasil em diversos anos. Não é a menor, mas é uma das menores.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, em homenagem aos presentes nas galerias, vamos esclarecer. Seu Partido foi à praça pública dizer que a política anterior estava totalmente errada, mas foi buscar exatamente no Partido dos tucanos o Presidente do Banco Central, que é o avalista...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Espere aí. Por que hoje V. Ex^a está vivendo estabilidade? Porque o Governo passado construiu essa estabilidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Em todos os partidos, há...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Construiu a estabilidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe que considero que há, no PFL, no PSDB, pessoas de extraordinário valor, que, às vezes, poderão ter boas...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas por que vocês foram buscar o Henrique Meirelles, Presidente do Banco de Boston, no PSDB?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Permiti que V. Ex^a fizesse o aparte longamente, mas peço agora atenção porque preciso concluir meu pensamento.

O Ministro e Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, tem tido méritos, inclusive ao cooperar para que a taxa de inflação tenha chegado a um nível bem mais baixo. A taxa de juros ainda é bastante elevada, mas, felizmente, nos últimos cinco ou seis meses, tem estado em declínio. É muito provável que consigamos chegar a um conjunto de dados macroeconômicos muito positivos, como, poucas vezes, vivemos no Brasil.

A taxa de endividamento público sobre o PIB, que era de 57%, baixou para 51%. Ainda não é o ideal em relação ao Produto Interno Bruto, mas é um dado positivo.

A taxa de desigualdade medida pelo Coeficiente Gini, nos períodos 2002/2003/2004 e, muito provavelmente, 2005/2006, está diminuindo consideravelmente, ainda de forma moderada, mas na direção correta, graças aos programas de transferência de renda, como a expansão do Bolsa-Família, que beneficiava três milhões e meio de famílias em dezembro de 2003, agora, beneficia onze milhões e cento e trinta e cinco mil, atingindo um quarto da população brasileira. Isso faz com que Estados como o Piauí, Acre, Estados do Nordeste, Paraíba e outros, tenham a economia mais ativada e que pessoas em condições de extrema pobreza antes tenham pelo menos acesso a esses programas.

V. Ex^a sabe do nosso propósito, conforme eu estava definindo, por meio de lei já aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente, de caminharmos na direção de uma renda básica incondicional para todos os brasileiros. Essa renda básica nos permitirá eliminar toda essa problemática que, volta e meia, é publicada nos jornais, como ainda hoje em **O Globo** há a preocupação de dizer que o Bolsa-Família deixa de punir à véspera da eleição. Quando for um direito de todo e qualquer brasileiro, de todos os nossos visitantes, a Renda Básica de Cidadania será incondicional. Toda pessoa, não importa se menino ou menina de um mês, avô ou avó, todos terão o direito inalienável de participar da riqueza da Nação quando plenamente instituída a Renda Básica de Cidadania.

De onde são os senhores? (Pausa)

Taguatinga Norte? Taguatinga, Distrito Federal.

Sejam sempre bem-vindos. Obrigado pela atenção.

Estaremos vendo em breve como o povo definirá nas urnas o destino do Brasil.

Senador Heráclito Fortes, quero aqui falar de uma coisa tão boa que está acontecendo. Neste ponto, tenho certeza que ambos estamos de acordo. Presidente Roberto Cavalcanti, estou quase concluindo. Concordamos que, diferentemente de outras ocasiões da história brasileira, agora estamos vivendo uma democracia. Em 1º de outubro, vamos poder escolher nosso Presidente, nosso Governador, nossos Senadores, nossos Deputados Federais e Estaduais. Que bom que isso esteja ocorrendo! Que bom que esteja havendo a divulgação, pelo horário eleitoral, das propostas de cada um.

Gostaria de poder assistir ao debate entre os candidatos ao Governo do Estado de São Paulo, de todos os Estados. Gostaria de ver o debate entre os candidatos à Presidência.

Mantenho a minha avaliação de que será positivo se o Presidente da República decidir, até 1º de outubro ainda, participar de debates.

Eu, como candidato ao Senado, tenho dito aos meus dezoito adversários que se algum meio de comunicação quiser organizar um debate eu aceito participar, ainda que esteja muito bem nas pesquisas de opinião.

Ainda hoje fiquei contente ao saber que o Datafolha indicou que, lá no Estado de São Paulo, a preferência pela minha candidatura evoluiu de 35%, na última pesquisa, para 42%; os demais candidatos, como Guilherme Afif Domingues, está com 6%; Alda Marco Antonio e também a Srª Elza Pereira, estão com 2%, e outros candidatos com percentagens menores. Mas é importante que todos possam debater comigo, porque eu estou aberto para debater com todos.

Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, para concluir – agradeço a tolerância de V. Exª desde já –, quero dizer da minha preocupação com o que ocorre no Oriente Médio. Entendo ser muito importante que possa o Brasil, por intermédio do nosso Governo e do Congresso Nacional, colaborar para que haja um entendimento entre Israel, os países árabes, a Palestina. Que, para essa guerra entre Israel, o povo judaico, o povo palestino e aqueles que, no Líbano, têm realizado ações bélicas, possa haver uma inspiração por parte de todos aqueles que, na Organização das Nações Unidas e todos os governantes, e habitantes, inclusive todos aqueles que, no Brasil, tenham amigos, parentes, sejam eles judeus, árabes ou palestinos, que possamos, inspirados no exemplo brasileiro de con-

vivência entre povos árabes e judeus, seja no âmbito das universidades, das empresas, do comércio, da indústria, enfim, em todas as áreas de convivência entre judeus, árabes e palestinos conversando, produzindo, que possa haver um espírito de realização, de justiça e efetiva paz, tanto no Líbano, quanto em Israel, ou em todos os países árabes. Acredito, Sr. Presidente, que isso será possível.

Sr. Presidente, antes de concluir, gostaria de me referir a algo que recomendo a todos conhecer. Na última terça-feira, fiz uma visita à empresa Natura, a convite do Presidente do Conselho da Natura, Antônio Luiz Seabra, e do Sr. Alessandro Carlucci, Presidente da Natura, e fiquei impressionado ao ver, em Cajamar, aquele conjunto arquitetônico de rara beleza. Poucas vezes vi uma fábrica tão bonita, em que os princípios de transparência e de cooperação são colocados em prática. Todas as pessoas podem visitar o local. Impressionou-me também a forma de participação dos trabalhadores nos lucros e resultados da empresa, inclusive por parte de mais de 530 mil promotores e colaboradores que vendem os produtos Natura.

É muito importante que estimulemos a preocupação que empresas, como a Natura, têm com o meio ambiente. Além disso, a Natura também tem formas de participação nos lucros para todo o quadro de trabalhadores, empregados, dirigentes e vendedores.

Sr. Presidente, quando há um sistema de quotas de participação nos resultados, não apenas para os sócios acionistas mas também para todos aqueles que trabalham no empreendimento, estaremos sempre muito mais próximos de melhor distribuir a renda e a riqueza.

Meus cumprimentos à Natura pela campanha que está realizando no sentido de que todas as pessoas, no Brasil, votem com muita responsabilidade, conhecendo bem a história de cada candidato que estejam considerando escolher, seja para a Assembleia Legislativa de seu respectivo Estado, seja para o Congresso Nacional, seja para o Governo estadual, seja para a Presidência da República. É importante, como mostram aqueles desenhos, que haja a devida escolha das sementes que serão plantadas, a fim de produzirem árvores frondosas. Nós podemos pensar isso do ponto de vista do Brasil. Na medida em que o povo escolher Senadores, Deputados federais, Deputados estaduais, Governadores e Presidente da República em quem, cada um de nós, poderemos confiar inteiramente, melhor será o Brasil.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Eduardo Suplicy, esse trabalho da Natura é com relação a Senadores e Deputados?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – A Natura é uma empresa de cosméticos. Tive a oportunidade de conhecê-la e recomendo o mesmo a V. Ex^a. Trata-se de uma fábrica brasileira, que utiliza vários produtos da Floresta Amazônica, no Acre, e que tem tido o cuidado, inclusive fez um convênio de renovação da Floresta, portanto, tem a preocupação com a proteção ambiental.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ela divulga o que viu em cada candidato? Não estou entendendo o espírito da campanha.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – O espírito da campanha se traduz em diversos cartazes, eu os vi, muito bonitos, com frases que procuram estimular as pessoas a escolherem bem os seus candidatos, os seus representantes. Não há qualquer menção de nome ou de partido.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Evidentemente que V. Ex^a combina com a árvore frondosa. No entanto, eu queria ver quando tivesse que botar aquele rapaz da cueca, teria que colocar um mandacaru ao lado. Ele e aqueles seus colegas que estão envolvidos nesses escândalos todos: cuecão, minhocão. Realmente, V. Ex^a tem razão, e a Natura está de parabéns!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe que em cada organização onde há seres humanos pessoas podem perfeitamente errar. V. Ex^a sabe que na história de cada partido, neste País, houve pessoas que cometeram erros gravíssimos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Algumas punidas e outras não; algumas foram punidas e outras, defendidas.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a sabe perfeitamente que é importante que tenha, continuamente, o cuidado para prevenir problemas sérios e graves. Tenho a certeza de que V. Ex^a estará muito atento para que problemas não estejam ocorrendo no âmbito do Partido de V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Mas o Dr. Tarso Genro cometeu um erro. S. Ex^a falou em gastos de campanha, mas não falou em ética de campanha. Seria bom que na reforma política do Dr. Tarso Genro tivesse também ética de campanha, ética da política, que é um assunto que saiu completamente da pauta do Partido que ele representa. Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Absolutamente. Quando V. Ex^a tiver a oportunidade

de ver o programa da minha candidatura como Senador, no horário eleitoral, verá, sempre, a preocupação que tenho tido para com ética na política, com toda a afinidade com o Ministro Tarso Genro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Nobre Senador Eduardo Suplicy, gostaria de me acostar às palavras do nobre Senador Heráclito Fortes, e dizer que V. Ex^a está de parabéns em estar aqui, deixando a campanha, para falar, principalmente, de temas econômicos. Meus parabéns!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 318, de 2006**, que “Abre crédito extraordinário no valor global de R\$ 858.478.335,00 (oitocentos e cinquenta e oito milhões, quatrocentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais), em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Educação, da Justiça das Relações Exteriores, da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 318	
Publicação no DO	23-8-2006
Emendas	até 29-8-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	23-8-2006 a 5-9-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	5-9-2006
Prazo na CD	de 6-9-2006 a 19-9-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	19-9-2006
Prazo no SF	20-9-2006 a 3-10-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	3-10-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	4-10-2006 a 6-10-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	7-10-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	21-10-2006 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 14, DE 2006-CN

MENSAGEM Nº 90, DE 2006-CN (nº 713/2006, na origem)

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 2.155.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O CONGRESSO NACIONAL, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006), em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 2.155.000,00 (dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais), para atender à programação constante do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de recursos próprios não-financeiros.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ORÇAO : 56900 - MINISTERIO DAS CIDADES
UNIDADE : 56701 - EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. - TRENSURB

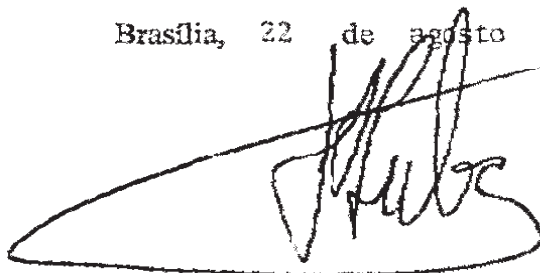
ANEXO		CREDITO SUPLEMENTAR					
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00					
FUNCO	PROGRAMATICA	PROGRAMAVACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GR	M	I	F
			FD	D	D	U	E
		1295 - DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS					2.155.000
		PROJETOS					
15 453	1295 5174	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - RS					2.155.000
15 413	1295 5174 0047	MODERNIZACAO DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE - RS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					2.155.000
			15	4	2	90	0 250
		TOTAL - FISCAL					2.155.000
		TOTAL - SEGURIDADE					0
		TOTAL - GERAL					2.155.000

Mensagem nº 713

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R\$ 2.155.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 22 de agosto de 2006.



EM nº 00147/MP/2006

Brasília, 10 de agosto de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar Projeto de Lei que abre crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006) no valor de R\$ 2.155.000,00 (dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil reais), em favor do Ministério das Cidades.
2. Os recursos destinam-se à reforma de locomotivas, com a instalação de freios microprocessados nos vagões, à cobertura do terminal de ônibus da Estação Canoas e à conclusão do bicicletário da Estação Sapucaia, no âmbito da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB.
3. A presente solicitação será atendida com recursos oriundos de excesso de arrecadação de recursos próprios não-financeiros, em conformidade com o disposto no art. 43, § 1º, inciso II, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.
4. Esclareço, a propósito do que estabelece o § 13 do art. 63 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006, LDO-2006, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário estabelecida para o corrente exercício, tendo em vista que se trata de suplementação de despesas primárias à conta de excesso de arrecadação de receitas primárias e o § 3º do art. 1º do Decreto nº 5.780, de 19 de maio de 2006, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.
5. É demonstrado no quadro anexo à presente Exposição de Motivos, em cumprimento ao disposto no § 10 do art. 63 da LDO-2006, o excesso de arrecadação das receitas utilizado parcialmente neste crédito.
6. Nessas condições, submeto à consideração de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa efetivar a abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente,

DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO
(Art. 63, § 10, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005)

Unidade: 56201 Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRUNSUB

Fonte 50: Recursos Próprios Não-Financeiros

		R\$ 1,00		
NATUREZA	2006		EXCESSO /	
	LEI (A)	REESTIMADO (B)	FRUSTRAÇÃO C = (B-A)	
13110000 Aluguéis	1.035.744	979.301	-56.443	
13120000 Arrendamentos	156.536	221.970	65.434	
16000000 Receita de Serviços	38.221.121	43.619.245	5.398.124	
19180000 Multas e Juros de Mora de Outras Receitas	552	1.617	1.065	
19190000 Multas de Outras Origens	0	4.350	4.350	
19210000 Indenizações	0	0	0	
19220000 Restituições	0	450.079	450.079	
19900000 Receitas Diversas	3.412	3.689	277	
22190000 Alienação de Outros Bens Móveis	0	0	0	
25800000 Saldos de Exercícios Anteriores	0	0	0	
Total	39.417.365	45.280.251	5.862.886	
Créditos Extraordinários e Especiais reabertos (D)			0	
Créditos Extraordinários abertos (E)			0	
Créditos Suplementares e Especiais (F)			5.542.000	
Abertos			3.387.000	
Em tramitação (I)			2.155.000	
Outras modificações orçamentárias efetivadas (G)			0	
Saldo (H) = (C-D-E-F-G)			320.886	

(I) Inclui o valor do presente crédito em 08.08.2006.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.306, DE 16 DE MAIO DE 2006.

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2006.

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964.

Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

II - os provenientes de excesso de arrecadação: (Veto rejeitado no D.O. 05/05/1964)

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005.

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

Art. 63. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, de forma consolidada, de acordo com as áreas temáticas definidas no Parecer Preliminar sobre a proposta orçamentária de 2006, ajustadas a reformas administrativas supervenientes, preferencialmente na segunda quinzena de maio e na primeira de outubro, sem prejuízo do disposto no art. 66 desta Lei.

§ 10. Nos casos de créditos a conta de recursos de excesso de arrecadação, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes da lei, apresentadas de acordo com a classificação de que trata o art. 9º, inciso III, alínea "a", desta Lei, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação no Congresso Nacional, e a demonstração da observância do disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 13. Os projetos de lei de créditos adicionais destinados a despesas primárias deverão conter demonstrativo de que não afetam o resultado primário anual previsto no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, ou indicar as compensações necessárias, em nível de subtítulo.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Nos termos das normas constantes da **Resolução nº 1, de 2001 – CN** (Ofícios CN nºs 823 e 824, de 2004), a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Leitura: 24-8-2006

Até 29-8 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 6-9 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 11-9 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 21-9 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Os Srs. Senadores Valdir Raupp, Antero Paes de Barros, Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – ro. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a população brasileira certamente se lembra, vividamente, dos incêndios florestais que ocorreram em diversas partes da floresta amazônica, em 1998, causando prejuízos vultosos e danos ambientais gra-

víssimos. Naqueles dias, intermináveis, as dimensões e a recorrência dos incêndios eram reportados diuturnamente pela mídia, e as pessoas se perguntavam quando aquela TRAGÉDIA ECOLÓGICA TERIA FIM.

O fenômeno **El Niño**, provocado por mudanças atmosféricas que aquecem as águas e tornam o clima mais seco, propiciou a rápida propagação do fogo nas matas amazônicas, mas a utilização do fogo nas práticas agrícolas foi a causa principal daquela série de incêndios. Estima-se que 250 milhões de toneladas de carbono foram lançadas ao ar, com prejuízos da ordem de cinco bilhões de dólares, de acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia.

O Estado de Roraima foi o que mais sofreu com os incêndios, que devastaram uma área de 13 mil quilômetros quadrados. Porém, o fogo castigou duramente também os demais Estados da região, entre eles o Estado de Rondônia, que represento neste egrégio Colegiado. Relatório então divulgado pelo IPAM demonstrou que o fogo se alastrou por nada menos que 30 mil quilômetros quadrados da mata amazônica, já excluída a área de Roraima.

Todo este preâmbulo, Sr^{as} e Srs. Senadores, teve como finalidade avivar nossa memória para que possamos justificar e aplaudir algumas medidas que, tomadas naquela ocasião, hoje dão seus frutos; e que, na impossibilidade de evitar desastres ecológicos, contribuem de forma significativa para minimizar as consequências de incêndios e queimadas que periodicamente flagelam a região que concentra a maior floresta tropical do planeta.

Quero referir-me, especialmente, ao Programa de Mobilização e Capacitação para a Prevenção de Incêndios Florestais na Amazônia, o chamado *Proteger*, e, no meu Estado, à decisiva contribuição da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Rondônia, a Fetagro. O *Proteger* foi criado como resposta a uma situação emergencial à citada série de incêndios ocorrida na região em 1998, e resultou de uma iniciativa da Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) e do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais.

Em sua primeira etapa, o *Proteger I* contou com recursos de um milhão de dólares, do Programa Piloto, para coordenar uma campanha de sensibilização e para mobilizar e treinar pequenos agricultores na prevenção de incêndios. Foram treinados nessa etapa, com um resultado que correspondeu à expectativa, cerca de 12 mil agricultores em 322 municípios da Amazônia.

Com o êxito da primeira fase, foi lançado então o *Proteger II*, com o objetivo de minimizar o uso de queimadas na agricultura e promover a adoção de prática sustentáveis. Deve-se lembrar, Sr. Presidente, que as queimadas agrícolas respondem por praticamente a totalidade das queimadas no Brasil, e que essa prática está associada a modelos primitivos de produção, embora ainda subsista entre nós na cultura intensiva da cana-de-açúcar e dos cereais em geral.

O *Proteger II* desenvolveu diversas parcerias, com governos estaduais e municipais, com federações de trabalhadores na agricultura e com numerosas entidades não governamentais. Nessa segunda etapa, que foi encerrada em 2004, o projeto selecionou 134 municípios, nas regiões de maior ocorrência de desmatamento por queimadas. Nesses municípios, o projeto promoveu a capacitação de 400 monitores, com efeito multiplicador para 40 mil agricultores familiares; realizou seminários estaduais e regionais para capacitação dos monitores; distribuiu 100 mil cartilhas e 80 mil cartazes; formou 240 grupos de mutirão ambiental; e promoveu 12 caravanas anuais para visitas de intercâmbio, com 36 experiências de manejo e produção agrícola sem utilização de queimadas.

Após a segunda etapa, o projeto passou a ser executado de forma contínua, integrando um consórcio com seis entidades ambientalistas denominado “Consórcio Verde”, com previsão de apoio até 2007. Atualmente, o *Proteger* conta, entre outros executores, com a participação das Federações de Trabalhadores na Agricultura dos Estados do Acre e do Pará, além da Rondônia, conforme já anunciara.

No meu Estado, Sr. Presidente, a Federação vem desenvolvendo atividades de recuperação de matas ciliares e de áreas degradadas. Algumas dessas áreas foram escolhidas, com base nos critérios do *Proteger*, nos municípios de Jarú, Theobroma e Ji-Paraná, onde foram implantados os projetos de recuperação das matas ciliares. Uma das metas da Comissão de Meio Ambiente da Federação, conforme relata o jornal **Diário da Amazônia**, de Porto Velho, “é trabalhar a educação ambiental, implantando experiências onde os agricultores, estudantes, pesquisadores e a comunidade em geral possam participar e se conscientizar dos problemas ambientais que estão causando a destruição do meio em que vivemos”. O periódico acrescenta que ainda este ano deve ser desenvolvida uma parceria do Ministério do Meio Ambiente com a Federação dos Trabalhadores para recuperação de novas matas ciliares e implantação de 15 áreas de sistema silvopastoril.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a participação intensa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia – Fetagro e das entidades congêneres da região em projetos como o *Proteger* é altamente significativa. Significa que essas entidades compreenderam o alcance de sua mobilização e que, sem ignorar as questões corporativas, estreitam seus laços com a comunidade buscando objetivos comuns. A preservação de nossas riquezas naturais deve ser uma aspiração de todos os amazonenses e de todos os brasileiros, motivo por que aplaudo os êxitos do projeto *Proteger* e parabeno os agricultores do Estado de Rondônia por mais essa demonstração de consciência ambiental e de integração com a comunidade.

Muito obrigado!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar o artigo do jornalista Elio Gaspari, publicado na **Folha de S. Paulo**, de 6 de agosto do corrente. O artigo, intitulado “A Constituinte é um golpe parlamentar”, trata da proposta do Presidente Lula de convocar uma Assembléia constituinte para fazer a tão necessária reforma política.

Segundo o autor, a proposta “é golpista, dissimulada, velha e suicida”.

Sr. Presidente, pela oportunidade do assunto, solicito que o artigo do jornalista Elio Gaspari passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

16 brasil

DOMINGO, 6 DE AGOSTO DE 2006

ELIO GASPARI

A Constituinte é um golpe parlamentar

A PROPOSTA de convocação de uma eleição para formar uma Assembléia Constituinte de agosto de outubro é golpista, dissimulada, velha e suicida. É golpista porque pretende criar um Congresso reformado por uma emenda constitucional que eleja e instale uma Constituinte convocada pelo resultado presidencial de outubro. A idéia foi endossada por Nosso Guia e pelo comissário Torso (“Hora FHC”) Genro.

Em tese, seria uma Constituinte para fazer a reforma política. Trata-se de matéria que não precisa desse remédio e que não prosperou nos últimos anos porque o governo preferia manter aberto o grife pagador da corrupção política. O que se busca é a afirmação autoritária do Poder Executivo.

O governo tem hoje uma bancada sólida de 250 votos num Congresso de 594 cadeiras. Na próxima eleição o PT poderá perder pelo menos 20 de seus 81 deputados. Estimando-se que os outros partidos de mensaleiros e sanguessugas percam outras 20 cadeiras, sobrinha-se um Congresso onde Lula, eleito com pelo menos 50 milhões de votos, terá vida dura. A Constituinte será um videotape editado. Algo que permita mostrar Ro-

berto Carlos tirando o passe de Zidani do menino de Harma. Quando

Getúlio e Brizola namoraram idéia de Constituinte. Deram-se mal, para a satisfação dos seus adversários políticos

Lula diz que os deputados e senadores deste Congresso não podem fazer uma reforma política porque “estão legislando em causa própria”, ofende a inteligência da escumalha: De onde virão os constituintes? Do sistema político brasileiro ou do

Marte? Voltando aos eleitos de outubro o direito de concorrer à Constituinte, os gúbios inventarão o poder da ponta de estoque, com uma bela bancada de refugados.

A proposta é golpista porque pretende modificar o curso das instituições nacionais. Isso já foi feito duas vezes. Em 1840 o Parlamento golpeou a Regência declarando a maioria de D. Pedro 2º aos 14 anos. Em 1961, noutro golpe, instalou-se um regime parlamentarista para mutilar os poderes de João Goulart presidente constitucional do país.

A proposta é dissimulada porque irá além do pretexto da reforma polí-

tica. Gerará uma situação parecida com a da Venezuela de Hugo Chávez, a Bolívia de Evo Morales e a Argentina das últimas reformas de Néstor Kirchner.

Ficando-se no varejo partidário, pretende-se revogar os efeitos das cláusulas de desempenho, que afastam da bolsa da Viúva os partidos sem votos. Isso é mais o voto de lista, pelo qual a patulêia não escolherá mais os deputados. Ele virão empacotados pelas cúpulas partidárias.

A Constituinte de Nosso Guia será um fator de instabilidade política sem paralelo nas últimas décadas. Para gosto de seus mais radicais adversários, recolocará o tema da legalidade no pano verde da política nacional.

O truque da Constituinte como gazuza presidencial já foi usado duas vezes. Em 1945, Getúlio Vargas empurrou com mão de gato a campanha da “Constituinte com Getúlio”. Em março de 1964, Leonel Brizola defendeu a eleição de uma Constituinte, a partir do fechamento do Congresso (coisa que Lula jamais sugeriu). Deposto, o Pai do Pobres foi para São Borja. Exilado, Brizola foi para o Uruguai. Nos dois casos, a manobra serviu muito bem aos adversários.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, neste momento, para solicitar que seja inserida nos Anais da Casa a entrevista do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, concedida ao jornal **Correio Braziliense**, do último dia 20 de agosto do corrente, e que recebeu o título “País tem nojo e medo”.

O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua entrevista, faz avaliações sobre o Governo do Presidente Lula e afirma que a população brasileira

EX-PRESIDENTE ATACA CONGRESSO E DEFENDE REFORMA POLÍTICA

GILBERTO NASCIMENTO
DA EQUIPE DO CORREIO

São Paulo – Aos 75 anos, o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso dividiu seu tempo entre aulas e palestras ao redor do mundo. Acompanha

com atenção a política brasileira, mesmo longe da linha de frente da campanha do tucano Geraldo Alckmin à presidência.

Nesta entrevista ao *Correio*, o ex-presidente fez avaliações paradoxais sobre o governo Lula. Perguntado sobre o fato de a Polícia

Federal prender hoje muito mais gente, disse que, em contrapartida, “nunca se roubou tanto como hoje”, mas nega que a responsabilidade seja de Lula. Diz que a ação da Polícia Federal é “um avanço do Estado brasileiro”.

Suas críticas mais duras foram pa-

ra o Congresso. “Está paralisado, tem muito ladrão, não se faz nada”. Diz que a população brasileira “está com nojo e com medo” da corrupção e da crise do sistema político do país e que o próximo presidente terá de tomar a iniciativa de propor uma reforma deste sistema.

está “com nojo e com medo da corrupção e da crise do sistema político do País”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a entrevista acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PAÍS TEM NOJO E MEDO

Há um ano, o senhor disse que o presidente Lula transformou os partidos numa “geléia geral”. Era uma previsão da crise?

Todo mundo viu isso. O sistema partidário ficou muito diluído com essa questão de sanguessuga e mensaleiro. Hoje, se há dois pólos: o PT, e a aliança PSDB e PFL. O PT eu não sei se vai sobreviver a tudo isso. Sai muito arranhado. Lula aparece em fotografias com antigos adversários, que ele tratava de uma maneira dura, até xingando. Vivemos um momento de crise. É a falta de identidade do eleitor com quem se eleger e com os partidos. Temos de mudar o sistema de voto. Partir para o voto distrital.

O presidente falou numa Constituição para fazer a reforma política. O Congresso pode fazer isso?

As coisas só acontecem quando a sociedade está grávida da ideia. Não se pode falar de Constituição assim. A própria Constituição dita as regras pelas quais ela pode ser mudada. Hoje, o que comove o brasileiro são a corrupção e a violência, o medo. E o Congresso não faz nada, tem muito ladrão, não se toma medidas. Isso cria um clima de mal-estar. A sociedade está recuada em função do nojo e do medo. Está enojada com tanta podridão e com medo da insegurança gerada. A reforma deve ser feita pelo Congresso, mas ele só vai funcionar se houver pressão da sociedade. É preciso saber qual é a agenda do Brasil. Qualquer que seja o presidente novo, ele tem de ter uma agenda.

Esse Congresso designado conseguirá fazer isso?

As coisas só avançam quando há lideranças com força. A responsabilidade dos líderes brasileiros é levar uma agenda de transformação ao Congresso. Se o presidente da República tivesse uma noção da sua responsabilidade histórica, estaria fazendo isso. Estaria propondo um caminho para o Brasil, em vez de dizer: “Eu já fiz, eu sou o maior, eu comeci tudo”. O desafio depois das eleições é saber quem vai ter a capacidade de despertar essa sociedade.

Qual o reflexo da ação do PCC em São Paulo? Não prejudica o PSDB?

Pode prejudicar. Mas todos sofrem prejuízos. A população não é boba. Percebe que há uma reação do PCC ao fato de que o governo prendeu muita gente e fez um regime disciplinar mais duro. As manifestações do PCC são contra o PSDB. Mas não se deve partidizar isso. O assunto é grave demais. Também acho que não se deve colocar o Exército na rua. O Exército tem que ajudar na inteligência, na infra-estrutura. O governo de São Paulo pode dizer que os crimes de sua alçada, como homicídio e latrocínio, caíram enormemente. O que não caiu foram armas e droga. Isso é crime federal.

Tucanos têm estado em envolvimento do PT com o PCC...

Não é que o PT esteja envolvido. Como quem está no governo é o PSDB, ataca-se o PSDB. Não é que haja uma relação PT-PCC. Não concordo com essas afirmações.

Como o senhor analisa a queda de Alckmin nas pesquisas?

Houve uma exposição grande do Geraldo na mídia com o acesso ao ho-

rário da televisão. Ele subiu nove pontos. Depois, saiu da mídia. Numa sociedade como a nossa, com pouca informação e interesse pela política, a formação da opinião se dá pela exposição na TV e no rádio. É importante saber o que vai acontecer daqui a 15 dias.

O senhor considerou o Serra melhor candidato que Alckmin...

É a pessoa mais preparada para governar o Brasil. Mas entre ser bem preparado e o melhor candidato, vai uma diferença.

E por que o PSDB não lançou então o mais bem preparado?

Porque achou que era mais fácil somar forças através do Geraldo. O Geraldo tem uma comunicação na televisão bem diferente da dos políticos. Fala direto, fala as coisas de maneira clara e passa uma boa imagem.

O Geraldo é bem preparado também. O Serra foi líder do Congresso, ministro duas vezes, candidato a presidente da República, prefeito. Estou dizendo que o Serra é o mais bem preparado, mas não que ele vai ser presidente.

A afirmação do senhor causou mal-estar no PSDB...

Minha opinião é conhecida. Também meu apoio ao Geraldo é conhecido. É simplesmente um grau de experiência maior ou menor. Se achasse o contrário, teria insistido para o Serra ser candidato.

Para o senhor, a roubalheira começou nesse governo?

Ela vem desde Pedro Álvares Cabral. Mas quando você organiza um sistema com a implicação direta de pessoas do governo ou de líderes po-

líticos ligados ao governo, isso é novo. É institucional. Tira o dinheiro do Banco do Brasil, passa para o Banco Rural, daí passa ao partido para apoiar o governo. É diferente da patifaria tradicional. É diferente do caixa dois, que é uma fonte privada.

Como será a governabilidade de quem for eleito?

O governo perdeu a iniciativa política no Congresso. Devido que o presidente Lula saiba o nome de todos os ministros. Falta governo. Governabilidade depende não só do sistema eleitoral, mas do governo também. Se o governo tem rumo, ele consegue. Nós vamos na direção do que faz a Venezuela hoje? Achamos bom que a Petrobras seja expropriada na Bolívia? São muitos problemas que levam à falta de governabilidade e o Congresso começa a colocar as manguinhas de fora.

O Lula e o seu governo perderam a respeitabilidade?

É melhor perguntar à população. Você tem um presidente que diz que não sabe de nada, não viu nada. Tudo acontece em volta e ele não sabe. Depois vai à televisão e diz que demitiu os ministros. Demitiu quem? Quem ele chama de companheiros.

Qual a avaliação que o senhor faz do Lula hoje?

Ele tem uma inteligência intuitiva muito forte. Tem um senso tático e prático. Não tem visão estratégica e nem a paciência para a administração. É muito bom comunicador. Está sempre em campanha, sempre comunicando. Ele se adapta às situações. É mais conservador do que eu imaginava.

E o governo?

Na área econômica, agiram com responsabilidade. O que foi definido em 1999 ficou: câmbio flutuante, superávit fiscal, Lei de Responsabilidade Fiscal, definição da taxa de juros em função de uma meta de inflação. No que diz respeito à abertura da economia, nós paramos. Na negociação comercial, não fizemos nada. Minha avaliação não é negativa nessa área. Na área social, o Bolsa-Família juntou o que já havia antes, mas tirou o nervo. Quando se faz um programa dessa natureza, não é só dar o dinheiro. É dar dinheiro para melhorar. Mas os requisitos diminuíram. Na saúde, não houve nenhum avanço importante. Na Previdência, o déficit é preocupante. A média de salário mínimo real do governo Lula, tirando esse último, é igual à do meu governo. Lula aumentou no último ano para ter impacto eleitoral. É uma esperteza. Não tenho uma avaliação negativa no conjunto das coisas. Acho que faltou comando, faltou rumo, mais eficiência na administração. Crítico muito o aparelhismo de Estado, a nomeação indiscriminada. E esse sentimento de verdadeiro ou falso, de desorganização e de corrupção.

O senhor tem criticado o fato de o Lula perder espaço para o presidente Hugo Chávez na América Latina...

Lula não é Chávez, embora tenha sido eleito, em parte, na ilusão de que seria. Chávez simboliza o antiglobalização e o antiamericano. Lula não é antiamericano, se dá muito bem com o presidente Bush. E não é antiglobalização. Por isso, Chavez ganha espaço nessa área. Como Lula vem de um passado que passa a impressão de que era tudo isso, não tem condição de se opor a isso na política externa.

A Polícia Federal hoje prende mais gente. O Lula ressalta isso.

A essa afirmação de que nunca se prendeu tanto como hoje podemos dar outra. Nunca se roubou tanto como hoje.

Por causa desse governo?

Não acho que seja só isso. É mais complicado. A Polícia Federal foi se reaparelhando. Não havia concurso, fizemos concurso. Os primeiros banqueiros presos foram no meu período. O Jader Barbalho (senador e ex-governador do Pará) não foi almejado? Aquele processo sobre a Roseana Sarney (caso Lunus) não veio da Polícia Federal? É uma disputa que não tem sentido. É bom que haja isso. Se eu pudesse ter desbaratado mais coisas que existissem, ficaria mais contente. É bom que a Polícia Federal seja cada vez mais um órgão de Estado. É a orientação que eu também imprimo. O Estado está melhorando.

“O que comove o brasileiro são a corrupção, a violência, o medo. O Congresso não faz nada, tem muito ladrão. A sociedade está enojada com tanta podridão e com medo da insegurança”

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro da matéria intitulada “Ataque do PCC é reação à ofensiva do Estado”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 17 de agosto de 2006.

A matéria reproduz trechos da entrevista concedida ao jornal **O Estado de S. Paulo** pelo candidato do PSDB à Presidência da República, Geraldo Alckmin. Nela, foram apresentadas as propostas de Geraldo

Alckmin para questões importantes para o País como educação, saúde e, principalmente, segurança.

Sr. Presidente, para concluir, requiero que a entrevista acima citada seja considerada, na íntegra, como parte deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Ataque do PCC é reação à ofensiva do Estado’

Alckmin argumenta que São Paulo conseguiu reduzir todos os seus índices de criminalidade

O candidato Geraldo Alckmin disse ontem, no auditório do Estado, que, se o governo não tivesse prendido tanta gente e não tivesse sido duro com os líderes do crime organizado, não teriam ocorrido as ondas de violência. Essas ondas, segundo ele, foram justamente a reação dos criminosos à ação do governo estadual. Na entrevista que concedeu ontem, ele garantiu que o crime organizado ficou enfraquecido. Eis passagens de vários temas na entrevista de Alckmin:

... ‘Não há governo. Sob o ponto de vista de crescimento, o Brasil perdeu as oportunidades’

CONSTITUINTE EXCLUSIVA
Não entendo nenhuma lógica em convocar uma constituinte exclusiva para fazer a reforma política. Constituinte é um pacto novo que se faz no País e não há nenhum fato que justifique um novo pacto. A nossa Constituição tem apenas 8 anos e não há nenhum sentido nesse “mudancismo” de a toda hora querer fazer uma nova Carta Magna. Isso paralisa o País.

EDUCAÇÃO
Fizemos um esforço grande na questão da educação e pretendemos priorizar a educação básica. Nossa meta é universalizar o ensino médio, trabalhar para melhorar a qualidade da educação básica e fazer de volta aqueles alunos que deixaram de estudar.

ÍNDICES DE MORTALIDADE
Na saúde, se compararmos o Brasil com nossos irmãos latino-americanos de mesma renda per capita, vamos verificar que os nossos índices são muito ruins, tanto na mortalidade infantil, quanto na expectativa de vida média, quanto, e principalmente, na mortalidade materna.

REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL
A rede de proteção social foi criada no governo do presidente Fernando Henrique e tinha uma contrapartida. O que está errado é acabar essa contrapartida. Você recebe uma quantia, mas tem o compromisso de levar a criança ao posto de saúde, ver vacina e controle de peso.

GOVERNO NÃO FUNCIONA
Temos um governo que não funciona sob o ponto de vista da gestão. Não tem uma obra andando, a não ser tapa-buraco. São 2 mil obras paralisadas. Não há governo. Sob o ponto de vista de crescimento, o Brasil perdeu todas as oportunidades. Qual o sonho, a não ser o poder?

REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE
O Estado de São Paulo reduziu todos os seus índices de criminalidade, todos. Os homicídios, que eram em torno de 12.800 em 2004, caíram para 7.200 em 2005, e este ano serão menos de 7 mil. Os latrocínios tiveram uma queda de 72%. Nós tiramos das ruas 90 mil criminosos.

NÚMERO DE PRESOS
Na maioria dos Estados, cresce muito pouco o número de presos. São Paulo passou de 55 mil para 143 mil presos. Temos 22% da população brasileira e 43% da população carcerária.

SEGURANÇA MÁXIMA
Criamos as penitenciárias de segurança máxima, o Brasil nunca teve isso. Tanto é que, quando ninguém tinha onde colocar o Fernando Beira-Mar, ele veio para cá para ficar 30 dias e ficou dois anos e meio. Ficou quieto aqui, ninguém nunca mais ouviu falar dele.

LÓGICA DO BANDIDO
Instituímos o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). O crime organizado quer o quê? Fazer retroceder o RDD, comandar as penitenciárias e corromper funcionários. Não tem lógica bandido atacar a polícia. Qual a lógica do bandido? Passar longe da polícia, ter o menor risco e o maior benefício material possível. O que ele ganha to-

... ‘A atual lei, de 2003, sancionada pelo presidente Lula, abrandou para o crime organizado’

cando fogo num ônibus? Nada. O que ganha dando um tiro num posto de gasolina? Nada. O que ganha dando tiro na polícia? Nada.

TERRORISMO ELEITORAL
O resultado foram 600 presos e 100 mortos em quatro meses. Por que isso aconteceu? Porque o crime organizado precisa ser desmontado. E você desmonta com o RDD, isolando essas lideranças. Mas é óbvio que eles querem interferir no processo eleitoral. Qual é a lógica

de bandidos sequestrarem uma pessoa para colocar uma fita na televisão? Isso não tem o menor sentido, isso é puro terrorismo político-eleitoral.

A PAZ DOS PÂNTANOS
Se o governo não tivesse feito nada disso, essas organizações estariam vivendo a paz dos pântanos, mas estariam organizadíssimas. Com esse enfrentamento duro, as organizações vão ficar muito enfraquecidas e o governo vai cumprir sua tarefa.

CRIME SEM FRONTEIRA
Esse problema de segurança é de todas as grandes cidades. Crime não tem fronteira. O presidente tem de assumir essa tarefa como sendo responsabilidade do governo brasileiro.

... ‘Esse problema de segurança é de todas as grandes cidades. Crime não tem fronteira’

O QUE FAZER?
Primeiro, rever a legislação, que é toda federal. Hoje, o que faz a lei? Ela é muito dura com o pequeno. Podemos ter uma progressão de pena mais rápida e não precisaremos manter tantos presos. Segundo, ser duro com o crime organizado. A atual lei, de 2003, sancionada pelo presidente Lula, abrandou para o crime organizado. Nós pegávamos um criminoso perigoso e colocávamos em RDD, sem precisar de autorização judicial. Agora a lei manda ouvir antes o juiz.

O QUE PRETENDE MUDAR
Vou mudar a Lei de Execuções Penais, rever o Código de Processo Penal, o Código Penal. Fortalecer o policiamento de fronteira com as Forças Armadas e a Polícia Federal, e liberar recursos para os Estados. São Paulo investiu, nós temos 130 mil policiais, o que é três vezes a Aeronáutica, duas vezes a Marinha e daqui a pouco é maior que o Exército.

QUARTO ESCALÃO
São Paulo abriu 70 mil vagas nas cadeias. Os criminosos estão todos em RDD. Quem está cometendo crime aqui fora é o quarto escalão.

PCC SEMPRE EXISTIU
O PCC não surgiu agora. Sempre existiu organização criminosa na cadeia. O diferente é que aqui ele é enfrentado. Se o governo não tivesse sido duro, não teria nada do que está acontecendo.

LADO CONTRA O CRIME
O meu lado é contra o crime. Tenho disposição para enfrentá-lo.

CRIME DE SANTO ANDRÉ
A questão de Santo André gera enormes suspeitas. Agora, não se pode fazer uma acusação sem prova. É preciso ter cautela nessas coisas porque não podemos dar um caráter político. ●

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. PRB – PB) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas.)

(OS Nº 14916/06)

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

Emendas apresentadas perante a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer da MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 317 adotada em 16 de agosto de 2006 e publicada em 17 do mesmo mês e ano, que “ Altera dispositivos da Lei no 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, e dá outras providências” :

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
DEPUTADO BETINHO ROSADO	007; 008
DEPUTADO JOSÉ CARLOS ALELUIA	001
DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO	002
DEPUTADO JOÃO LEÃO	003
DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE	006
DEPUTADO SILAS BRASILEIRO	004; 005

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 08

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 317
00001

data	Proposição Medida Provisória nº 317/06
Dep. José Carlos Aleluia	Nº de prontuário

1. <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> Substitutiva	3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 1º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO JUSTIFICATIVO

Suprima-se o § 2º do art. 15 da Lei nº 11.322, de 2006, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória nº 317, renumerando-se os demais parágrafos.

JUSTIFICATIVA

O § 2º do art. 15 da Lei nº 11.322, de 2006, alterado pelo art. 1º da Medida Provisória, exige que para ter acesso à renegociação das dívidas agrícolas nos anos de 2005 e 2006 o mutuário precisa estar adimplente com as parcelas vencidas até 31 de dezembro de 2004.

Entendemos que muito embora haja lógica no argumento – segundo a qual é preciso vincular o benefício a um incentivo para o bom comportamento – é mais necessário entender as amplas dificuldades porque passa o pequeno agricultor, que muitas vezes não consegue retirar da terra o próprio sustento e muito menos criar excedente para pagar dívidas. Ainda, levando em conta os modestos efeitos financeiros da Medida Provisória para o governo central, R\$ 34,5 milhões, é mister ampliar ao máximo os benefícios, buscando salvaguardar da forma mais ampla possível a dignidade do pequeno agricultor.

PARLAMENTAR

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 317
00002

data 20/08/2006	proposição Medida Provisória nº 317/2006			
autor Deputado José Carlos Machado	Nº da proposta			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input checked="" type="checkbox"/> Modificativa 4 <input type="checkbox"/> Aditiva 5 <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Os artigos 1º e 2º da presente Medida Provisória, passam a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>"Art. 1º - O artigo 15 da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art. 15 - Fica autorizada a incorporação das parcelas vencidas e vincendas até 31.12.2006, ao valor do principal das operações, para serem quitadas, proporcionalmente, nos vencimentos das demais parcelas vincendas a partir de 01 de janeiro de 2007, das operações de alongamento ou renegociadas ao amparo da Lei 9.138, de 19 de novembro de 1995, inclusive aquelas renegociadas com base na Lei 10.437, de 2002 e as formalizadas de acordo com a Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998:</p> <p>§ 1º O valor de cada parcela vencida, para efeito de incorporação ao principal das operações, deve ser calculado sem encargos adicionais de inadimplemento;</p> <p>Art 2º - A Lei nº 11.322, de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:</p> <p>Art. 15-A - Fica autorizada a Procuradoria da Fazenda Nacional a suspender a execução judicial e a retornar aos bancos credores as dívidas inscritas na dívida ativa da união dos mini, pequenos e médios produtores, sem quaisquer multas, correções e encargos de quaisquer natureza, das operações amparadas na Lei 9.138, de 1995, da lei 10.437, de 2002 e da resolução 2471, de 26 de fevereiro de 1998."</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>Não nos parece justo conceder financiamento para parcelas vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006, deixando de fora as vencidas em 2002, 2003 e 2004, pois, trata-se dos mesmos programas (PESA, resolução 2.471 e SECURITIZAÇÃO, Lei 9.138 de 1995 e Lei 10.437 de 2002). A incorporação das parcelas vencidas ao principal das operações para serem quitadas proporcionalmente as parcelas vincendas, não necessitará de financiamento dos Bancos credores e amenizará sensivelmente os custos dos mini, pequenos e médios produtores do semi-árido nordestino. Além do mais, os produtores rurais do semi-árido nordestino não quitaram seus débitos foi por falta de condições financeiras, haja vista as estiagens que assolaram a região, impedindo a produção e receitas dos mini, pequenos e médios produtores. Assim sendo, a aprovação desta emenda representa compromisso desta Casa com o resgate da cidadania dos mini, pequenos e médios produtores do semi-árido nordestino, dando-lhes condições de continuar produzindo.</p>				
ASSINATURA: JOSÉ CARLOS MACHADO				PFL/SE

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 317
00003DATA
22/08/2006PROPOSIÇÃO
MP 337/06

AUTOR

N.º PRONTUÁRIO

Dep. João Leão PP/BA

☐ SUPRESSIVA☐ SUBSTITUTIVA☒ ADITIVA☐ SUBSTITUTIVO
GLOBAL☐ ARTIGO☐ PARÁGRAFO☐ INCISO☐ ALÍNEA**TEXTO**

Inclua-se, ao texto da Medida Provisória n.º 317/2006 Parágrafo 4º do Art. 2.º :

Admite-se a concessão das condições previstas nos itens I e II do § 1º para os mutuários que quitarem até 29 de dezembro de 2006, as parcelas vencidas até 31/12/2004, das operações que trata o caput, sem direito a contratação do financiamento a que se refere o Art. 15º.

JUSTIFICATIVA

Mesmo para as parcelas das operações de PESA e Securitização vencidas até 31.12.2004, estão previstas as subvenções econômicas para manutenção dos bônus de adimplência, de expurgo da variação do preço mínimo básico dos produtos utilizados para correção dos valores destas parcelas e a equalização aos agentes financeiros administradores destes ativos da União.

Assim, mantendo a atualização a partir da data de seu vencimento até o dia do efetivo pagamento, pela variação da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, além de não gerar impacto orçamentário, cria uma situação bastante promissora para a regularização destas operações ativas da União, trazendo estes mutuários na condição de normalidade.


ASSINATURA

**EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 317, MPV 317
DE 16 DE AGOSTO DE 2006 00004
(DO SR. SILAS BRASILEIRO)**

O artigo 2º da Medida Provisória nº 317, de 16 de agosto de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. A Lei nº 11.322, de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Artigo 15-A. A medida de que trata o art. 15 aplica-se também:

a)- às operações alongadas ou renegociadas com base na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, inclusive aquelas formalizadas de acordo com a Resolução nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional;

b)- às operações alongadas ou renegociadas com base no art. 5º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, relativas aos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ.

§ 1º Incluem-se nas disposições do caput deste artigo, as operações de que trata as alíneas "a" e "b" adquiridas ou desoneradas de risco pela União nos termos do disposto no artigo 2º da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001.

§ 2º Quando da quitação das parcelas, vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006, das operações de que trata o caput, os valores devidos deverão ser atualizados pelos encargos de normalidade até a data do respectivo vencimento, observadas as seguintes condições:

I - o valor de cada parcela deve ser calculado sem encargos adicionais de inadimplemento, inclusive com o bônus de adimplência, de que tratam a alínea "d" do inciso V do § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 1995, os incisos I e II do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, os bônus de adimplência de que trata a regulamentação do artigo 5º, também da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, e a não incidência da correção do preço mínimo, de que trata o inciso III do § 5º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 1995, nos termos do § 5º do art. 1º da Lei nº 10.437, de 2002;

II - da data de vencimento da parcela até a data do efetivo pagamento deve ser aplicada a variação "pro rata die" da taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos públicos federais.

§ 3º Admite-se a concessão das condições previstas no § 2º para os mutuários que quitarem, até 29 de dezembro de 2006, as parcelas, vencidas em 2005 e vencidas ou vincendas em 2006, das operações de que trata o caput, independentemente da contratação do financiamento a que se refere o art. 15.

§ 4º Fica o Tesouro Nacional autorizado a equalizar as taxas de juros nos financiamentos realizados para quitação das parcelas de operações contempladas no caput deste artigo, nos casos em que o risco apurado se mostrar incompatível com a taxa a ser cobrada do tomador, conforme regulamentação a cargo do Ministério da Fazenda." (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O setor agropecuário têm sido atingido por diversas crises resultantes da confluência de um conjunto de fatores negativos, como:

- a) Adversidades climáticas
- b) Incidência de pragas e doenças
- c) Elevação de custos de produção e deficiência de infraestrutura que causou forte impacto sobre a renda e a liquidez do produtor rural. Estima-se uma perda de quase R\$ 30 bilhões somente nesses dois últimos anos
- d) Forte valorização do Real, frente ao Dólar

Muitos dos créditos de investimento e de custeio foram prorrogados ao longo destes anos, e o Governo Federal, depois de intensa negociação com o Congresso Nacional, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelo produtor rural, decidiu implementar medidas que viabilizassem a prorrogação dos débitos alongados ao amparo da Lei nº 9.138, de 1995 e suas alterações, inclusive os débitos adquiridos pela União sob a égide da Medida Provisória n.º 2.196, de 2001.

É louvável a intenção do Governo Federal, entretanto, as limitações e restrições impostas pelo Ministério da Fazenda, estão deixando de contemplar milhares de produtores rurais que tem seus débitos alongados junto às instituições financeiras em geral e não transferidos para a União.

Outro fato a ser considerado está na exclusão de operações com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – FUNCAFÉ, das medidas propostas nesta Medida Provisória, o que caracteriza uma insensibilidade e mesmo até injustiça para com estes produtores que acumulam dívidas decorrentes dos baixos preços praticados pelo mercado nos últimos anos.

Senhores Parlamentares, a cafeicultura sofre com as mesmas adversidades dos demais setores, convivendo com secas prolongadas, câmbio valorizado, alto custo de produção, o que na prática fez com que a atividade se tornasse deficitária; é bom lembrar que houve uma breve recuperação no mercado a partir do primeiro semestre de 2005, contudo, a cafeicultura padece de uma crise de preços iniciada em 2001.

Como os demais produtores rurais, os produtores de café, sem renda, não puderam honrar os seus compromissos nas datas aprazadas e hoje mais de 40 mil produtores já foram inscritos na dívida ativa e de execução pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e outros estão na eminência de receberem o mesmo tratamento.

São essas as considerações que justificam a apresentação desta emenda e esperamos contar com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da mesma.

Brasília – DF, 17 de agosto de 2006.

SILAS BRASILEIRO

Deputado Federal

**EMENDA ADITIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 317, MPV 317
DE 16 DE AGOSTO DE 2006 00005
(DO SR. SILAS BRASILEIRO)**

Acrescente-se o seguinte artigo 3º à Medida Provisória nº 317, de 16 de agosto de 2006, renumerando-se os demais:

Art. 3º. O artigo 4º da Lei nº 11.322, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 4º. Os débitos de agricultores familiares, mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais, suas cooperativas ou associações, relativos a operações originárias de crédito rural, alongados na forma da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e da Resolução no 2.238, de 31 de janeiro de 1996, do Conselho Monetário Nacional, e não renegociados na forma da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002, de valor originalmente contratado até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em uma ou mais operações do mesmo mutuário, poderão ser repactuados nas seguintes condições (NR):

JUSTIFICAÇÃO

O setor agropecuário convive ao longo de muitos anos com crises resultantes da confluência de um conjunto de fatores negativos, como adversidades climáticas, câmbio valorizado, incidência de pragas e doenças, elevação de custos de produção e deficiência de infra-estrutura que causou forte impacto sobre a renda e a liquidez do produtor rural. Estima-se uma perda de quase R\$ 30 bilhões somente nesses dois últimos anos.

Muitos dos créditos de investimento e de custeio foram prorrogados ao longo destes anos, e o Governo Federal, depois de intensa negociação com o Congresso Nacional, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelo produtor rural, decidiu implementar medidas que viabilizassem a prorrogação dos débitos alongados ao amparo da Lei nº 9.138, de 1995 e suas alterações, inclusive os débitos adquiridos pela União sob a égide da Medida provisória nº 2.196, de 2001.

Em 2002, quando da edição da Lei nº 10.437, uma das exigências contidas na referida norma legal para que os produtores aderissem ao novo modelo de alongamento, era a liquidação pelos seus valores integrais, inclusive com os encargos de inadimplemento, das parcelas vencidas até a data da publicação da lei, mais 32,5% da parcela com vencimento previsto para 2001. Verifica-se então, que a medida não permitia a renegociação de dívidas vencidas, desconsiderando a crise no setor e as dificuldades enfrentadas pelo nosso produtor rural.

Passados mais de quatro anos nada tem sido feito por estes produtores, que hoje somam mais de 60 mil em todo país, e que, tendo seus débitos transferidos para União, encontram-se inscritos na Dívida Ativa e sendo executados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, com propostas de formas de pagamentos ainda mais danosas para o setor rural, pois prevê parcelas mensais no total de 60 corrigidas pela Taxa SELIC. Se não foi possível honrar as parcelas nas condições de crédito rural, será que a política agrícola e de renda exercida no Brasil possibilitará a estes produtores liquidar seus débitos nessas condições?

Permanecendo este quadro, nos deparamos com uma situação em que a União, através da PGFN, executará o débito até retirar do produtor o seu patrimônio e torná-lo, na contra-mão das ações do Governo Federal, um sem terra, um sem emprego e mais um brasileiro a engrossar a triste estatística do êxodo rural. Não é desta forma que se implementa Políticas Sociais e muito

menos capacita os produtores a produzirem para alimentarem milhões de brasileiros. A agricultura convive com crises cíclicas e a permanência do produtor na atividade passa pela composição do débito, como o Governo tem feito na área fiscal com o REFIS, PAES e outros parcelamentos para empresas, mas também por políticas públicas que assegure renda para que o agricultor possa liquidar seus débitos.

Esta proposta cria uma isonomia entre operações contratadas em todo o País, sob a mesma disciplina legal, mantendo, porém o benefício em função do valor do débito contratado, conforme previsto na proposta original.

São essas as considerações que justificam a apresentação desta emenda, contando com o apoio dos nobres pares para o acolhimento da mesma.

Brasília – DF, 17 de agosto de 2006.

SILAS BRASILEIRO

Deputado Federal

APRESENTAÇÃO DE EMENDASMPV 317
00006

Data 21/08/2006	Proposição Medida Provisória n. 317/2006.
Autor Deputado Luis Carlos Heinze	nº do prontuário

1 Supressiva	<input type="checkbox"/>	2. substitutiva	<input type="checkbox"/>	3. modificativa	<input type="checkbox"/>	4. aditiva	<input checked="" type="checkbox"/>	5. Substitutivo global	<input type="checkbox"/>
Página		Artigo		Parágrafo		Inciso		alínea	

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO***Acrescente-se nas Disposições Gerais da Medida Provisória nº 317/2006:***

"Art. ... A Lei nº 10.561, de 13 de novembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º - O embarcador passará a antecipar o Vale-Pedágio obrigatório ao transportador, em modelo próprio ou em espécie, independentemente do valor do frete, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo.

§ 8º - Quando a antecipação das despesas de pedágio for feita em espécie, esta circunstância deverá constar, obrigatoriamente, no documento comprobatório de embarque, que, devidamente assinado pelo transportador ou seu preposto, servirá como comprovante da antecipação das despesas de pedágio.

JUSTIFICATIVA

Após a Lei 10.209 de 23 de março de 2001, foi instituído o Vale-Pedágio Obrigatório para utilização nas rodovias brasileiras.

O valor do pedágio, que até então era cobrado destacadamente nos Conhecimentos de Transporte Rodoviários de Cargas – CTRC, foi agregado ao valor do frete.

O embarcador, além de continuar arcando com as despesas de pedágio, passou a ter, também, a obrigação de antecipar ao transportador o valor das despesas de pedágio.

A antecipação do Vale-Pedágio poderia ser feita em espécie ou através do chamado "modelo próprio".

No entanto a Legislação foi alterada e após a Lei 10.561 de 13 de novembro de 2002, **a mesma vedou o uso da Moeda Corrente o Real, como forma de antecipação do Vale-Pedágio.**

Somente 4 empresas estão atualmente habilitadas a fornecer o Vale-Pedágio Obrigatório.

O não fornecimento dos cupons de Vale-Pedágio expõe o embarcador à multas que poderão variar de R\$ 550,00 a R\$ 10.000,00.

Além dessa multa, o embarcador corre o risco, ainda, de ser condenado a pagar uma indenização equivalente a duas vezes o valor do frete ao transportador.

Várias empresas, vêm sendo sistematicamente autuadas pela ANTT, mesmo àquelas que efetuaram o adiantamento do Vale-Pedágio em espécie.

Os únicos beneficiados, atualmente, pelo vale-pedágio são as concessionárias de rodovias pedagiadas.

DIFICULDADES OPERACIONAIS

Dificuldades para determinação de rotas, número de pedágios, tipo de caminhões, valores, bem como na própria aquisição do Vale-Pedágio, uma vez que as empresas habilitadas estão localizadas, com exceção de uma delas, somente no Rio de Janeiro.

Não importa onde esteja o local de carregamento, o embarcador é sempre obrigado a entregar, antecipadamente, ao transportador os cupons do Vale –Pedágio.

Na prática muitas vezes é impossível entregar os cupons.

Manutenção de estoque de Vale-Pedágio na empresa, aumentando o risco de furto ou roubo (questão de segurança).

Elevação dos custos de transporte para o embarcador, não pela assunção do pedágio, mas pelo custo de implantação, administração, controle e utilização dos "modelos próprios", definidos pelas empresas habilitadas.

Transtornos e custos com impugnações de autos de infração e recursos judiciais.

INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI

Com o fornecimento do Vale-Pedágio, o transportador tem o seu direito à liberdade de ir e vir restringida.

Implica na intervenção do Estado nas relações entre particulares.

Nega curso normal à moeda nacional o Real.

Brasília, 21 de agosto de 2006


Luis Carlos Heinze
Deputado Federal PP/RS

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 317
00007

Data	proposição Medida Provisória nº 317/2006
autor Dep. Betinho Rosado	Nº do prontuário
1. <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva
3. <input type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva
5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global	
Página	Artigo
Parágrafo	
Inciso	
alínea	

TEXTO/JUSTIFICATIVA

Acrescente-se à Medida Provisória nº 317/2006, onde couber, os seguintes artigos:

Art. Fica reduzida a 0 (zero) as alíquotas da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes na importação e sobre a receita bruta de venda no mercado interno de sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.

Art. Os arts. 8º e 28º da Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

§ 12.

XIII – sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.
.....” (NR)

Art. 28.

VII – sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.
.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

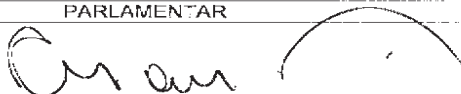
A incapacidade de muitas famílias de prover alimentação adequada para seus integrantes, é um dos os graves problemas brasileiro. Perto de 22 milhões de brasileiros vivem em condições de indigência. Aproximadamente 34% da população vivem em condições de pobreza. Os números sobre a miséria do povo brasileiro podem variar, de acordo com o critério e metodologia utilizados, mas, em todos os casos, revelam uma realidade extremamente preocupante. Nesse contexto, a criação de mecanismos que estimulem a diminuição dos preços dos alimentos, especialmente os consumidos em larga escala pela população mais carente, são de fundamental importância.

A apresentação da presente emenda, tem por objetivo reduzir a carga tributária que incide sobre sal, milho, rapadura e açúcar mascavo, destinados à alimentação humana.

Essa medida contribuirá para melhorar a qualidade da alimentação da população de baixa renda, estimulando a produção e a circulação dos referidos produtos, o que pode gerar mais empregos, renda e, indiretamente, impostos. Além disso, preços mais baixos de alimentos podem contribuir para a manutenção de níveis de inflação aceitáveis, ajudando a sustentar o equilíbrio macroeconômico do País.

PARLAMENTAR

Assinatura:



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 317
00008

Data		proposição Medida Provisória nº 317/2006		
autor Dep. Betinho Rosado			Nº do prontuário	
1. Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO JUSTIFICATIVO				

Acrescente-se à Medida Provisória nº 317/2006, onde couber, os seguintes artigos:

“Art. Fica prorrogado por mais 10 (dez) anos o prazo da isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, prevista no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Art. O *caput* do art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 17. Por um prazo de 20 (vinte) anos, contado a partir de 8 de janeiro de 1997, não incidirá o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante AFRMM sobre as mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País.
.....” (NR)

JUSTIFICATIVA

O desequilíbrio entre as regiões é uma marca do desenvolvimento econômico do País. No decorrer da nossa história, o Sul, o Sudeste e, mais recentemente, o Centro-Oeste brasileiros tornaram-se as regiões mais ricas, em detrimento do Norte e Nordeste do Brasil.

Nesse contexto, o constituinte original tratou de inserir, na atual Carta Magna, dispositivos que prevêm a criação de incentivos regionais, que compreendem, entre outros, isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais.

Entre os vários incentivos em vigor, há a isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, em relação a mercadorias cuja origem ou cujo destino final seja porto localizado na Região Norte ou Nordeste do País, prevista no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.

Embora os motivos econômicos e sociais que ensejaram a criação do sobredito incentivo fiscal não tenham deixado de existir, ele será extinto em 2007, se não for alterado o prazo de

vigência do dispositivo legal em questão. O que poderá gerar uma crise sem precedentes em algumas áreas da economia do norte e nordeste do país.

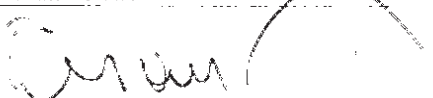
Uma indústria, em especial, sofrerá de imediato as conseqüências do retorno da cobrança da AFRMM, a indústria de sal do Rio Grande do Norte. Enquanto perdura a mencionada dispensa, o sal marinho, produzido no Rio Grande do Norte, disputa o mercado do centro sul do país em igualdade de condições com o sal importado do Chile. Isto porque o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, por força do 5º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, celebrado entre os Estados partes do Mercosul e República do Chile, não incide sobre o frete do sal originário daquele país.

Portanto, na hipótese da não renovação da citada dispensa, a indústria salineira do Rio Grande do Norte passará a ter um encargo que o sal chileno não tem, desaparecendo assim o tratamento isonômico, significando uma flagrantíssima perda de competitividade do sal potiguar, atingindo toda a economia do Estado, mais fortemente o setor portuário.

Por isso, apresento a presente emenda, que sugere a prorrogação, por mais dez anos, da isenção de que trata o art. 17 da Lei nº 9.432/1997.

PARLAMENTAR

Assinatura:



**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

CERTIDÃO

CERTIFICO que não foi convocada reunião para instalação da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 316, adotada em 11 de agosto de 2006 e publicada no mesmo dia, mês e ano, que "altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e aumenta o valor dos benefícios da previdência social", em virtude de o Senado Federal estar funcionando nos termos do parágrafo único do art. 2º do Regimento Interno do Senado Federal.

Para constar, foi lavrado a presente Certidão, que vai assinada por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2006.



SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães ** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias * BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza * PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney **	Paraíba PMDB – Ney Suassuna * PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão **	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João ** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa **	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque ** PFL – Paulo Octávio **
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro ** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen * BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan **	Amapá PMDB – José Sarney * PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres ** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros * PFL – Jonas Pinheiro ** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves * PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ⁴		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
(Vago) ⁶			1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ²⁻⁵	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁷		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 17.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES), licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁵ O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado do cargo durante o período de 25.7.2006 a 14.11.2006.

⁶ O Senador Ney Suassuna renunciou à titularidade do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de acordo com o Of. GLPMDB nº 307-B/2006, lido na Sessão de 15.8.2006.

⁷ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 96 PÁGINAS